

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Jaqueline Rocha Oliveira

**Territorialização e Redes Sociais.
Saberes Agroecológicos na Zona da Mata - MG**

Monografia apresentada pela acadêmica Jaqueline Rocha Oliveira como exigência do para obtenção do título de Bacharel em Geografia da Universidade Federal de Viçosa sob a orientação da professora Lídia Lúcia Antongiovanni.

Viçosa, MG
Novembro– 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Jaqueline Rocha Oliveira

**Territorialização e Redes Sociais.
Saberes Agroecológicos na Zona da Mata - MG**

Prof. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni (Orientadora)
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa, MG
Novembro - 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Jaqueline Rocha Oliveira

**Processos de Territorialização das articulações com base nos
saberes agroecológicos na Zona da Mata- MG**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como exigência final para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni(Orientadora)
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Willer Araujo Barbosa
Universidade Federal de Viçosa

Mestre Gustavo Soares Iorio
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Viçosa, MG
Novembro – 2010
DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado a todos aqueles que buscam a construção de uma sociedade mais justa. De forma especial, também dedico à minha família, aos professores, e aos amigos que deram contribuições grandiosas, sendo fonte de saberes e inspiração.

Fecendo Sonhos

*Fecer
E ter nas
Mãos
O fio
O desafio.*

*Fio condutor
Da história.
História que
Muito adormeceu
A memória.*

*Fio que
Passa,
Perpassa,
Vai construindo
A rede*

*Passo a Passo,
Formando
Laços,
Fecendo
Sonhos.*

(Amauri Adolfo Silva)

AGRADECIMENTOS

Foram tantas trajetórias que percorri até a realização desse trabalho e foram muitos os sujeitos que participaram das minhas escolhas. A todos meus sinceros agradecimentos! Antes de tudo, agradeço a Deus, princípio da existência!

Nada seria possível sem o incentivo incondicional do meu pai, que com alegria desde cedo me ensinou a apreciar a Geografia, apresentando curiosidades inerentes à leitura do mundo. Agradeço pela força e amor incondicional!

Agradeço infinitamente a minha mãe pela presença, pelo amor, cuidado e fortaleza! Tenho que destacar a grande admiração por sua busca constante e conquista de um sonho. Agradeço também a minha irmã, pelo apoio, carinho e o bom humor que se revela na sua essência. Grande amiga!

A todos que estiveram comigo, nessa interface ipatinguense e viçosense. De maneira especial aos amigos (as) Nathália, Alexandra, Letícia, Greisse, Tatiana, Diego e Aline, pelos aprendizados, amor e apoio. Principalmente, ao amigo Paulo Júnior que propiciou a troca de saberes através da articulação com Espera Feliz, sendo fundamental para a vivência desse trabalho.

Não posso deixar de agradecer à dedicação dos professores do curso de Geografia que trouxeram aprendizados essenciais, sobretudo, a orientação da professora Lídia Lúcia que com sua luz propiciou novas perspectivas e inspirações. Agradeço também ao professor Eduardo Maia, por apresentar o encanto da Educação do Campo.

O contato com as experiências foi possível com os entrevistados: Willer Araujo Barbosa, Gilmar Souza, Amauri Adolfo da Silva, Glauco Regis Florisbelo e Sérgio Luiz Correa. Agradeço pela acolhida e pelo interesse neste trabalho, contribuindo para aguçar as lentes geográficas com que apreendo a realidade. De forma especial, agradeço ao poeta agricultor Amauri Adolfo da Silva e ao agricultor Sérgio Luiz Correa que trouxeram poesia e inspirações agroecológicas a esse ensaio.

Agradeço as contribuições do geógrafo Gustavo Soares Iorio e do professor Willer Araujo Barbosa que enriqueceram a monografia e trouxeram novas possibilidades de continuidade desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram para a realização desse trabalho!

De forma geral, a todos os projetos, campos, pesquisas, extensões, estágios e aulas que contribuíram para minha formação. E principalmente à Geografia que a cada dia elucida novos olhares e descobertas, sendo parte da minha vida!

RESUMO:

Esse trabalho propõe uma discussão em torno dos conceitos da Geografia enquanto ciência capaz de explicar uma dada realidade da Zona da Mata de Minas Gerais. Essa mesorregião se caracteriza pelas diversas territorialidades, seja pela dominação capitalista dos espaços ou pelas articulações em torno de princípios agroecológicos no âmbito da economia solidária e da educação do campo. Destarte, caberá uma apreciação a respeito da territorialização das redes solidárias, trazendo uma problematização de como esses elementos se configuram no espaço geográfico, através dos vários saberes e discursos dos sujeitos sociais.

Palavras chaves: *Redes solidárias, Geografia, Agroecologia.*

ABSTRACT:

This paper proposes a discussion about the concepts of Geography as a science capable of explaining a certain reality of the Zona da Mata of Minas Gerais. This mesoregion is characterized by several territorialities either by the capitalist domination of the spaces or by the joints around agroecological principles within the solidarity economics and rural education. In this manner, it will be an examination about the territorialization of solidarity networks, bringing into question how these elements are configured in geographical space, through the many discourses of knowledge and social actors.

Keywords: *Solidarity Networks, Geography, Agroecology.*

LISTA DE SIGLAS

AMEFA- Articulação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas

ANA- Articulação Nacional de Agroecologia

ASIMAF- Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar

COFELIZ- Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária

CTA-ZM- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

ECOSOL- Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar

EFA- Escola Família Agrícola

EMATER- Empresa Brasileira de Extensão Rural

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBOMS- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOAM- International Federation of Organic Agriculture Movements

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MOC- Movimento de Organização Comunitária

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas

TERAVIDA- Associação dos Terapeutas

UFV- Universidade Federal de Viços

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	41
Tabela 2	43
Tabela 3	43
Tabela 4	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	39
Figura 2	40
Figura 3	42
Figura 4	45
Figura 5	46
Figura 6	54
Figura 7	62

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	I
LISTA DE TABELAS	II
LISTA DE FIGURAS	II
INTRODUÇÃO	02
CAP. 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DO SURGIMENTO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO	07
1.1. Meio ambiente e desenvolvimento: o debate global e nos movimentos sociais	08
1.2. Modernização ecológica e os movimentos sociais no Brasil	11
1.3. A criação do subdesenvolvimento	13
1.4. A Sociedade de Consumo	14
1.5. Algumas repercussões da Revolução Verde no Brasil	16
1.6. A agricultura alternativa	20
1.7. Agroecologia como contraponto ao modelo agrícola inserido nas cadeias do agronegócio	22
1.8. Os princípios agroecológicos	24
CAP. 2 - CONCEITOS GEOGRÁFICOS: UM APORTE AO ENTENDIMENTO DA ARTICULAÇÃO AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA	29
2.1 Conceitos geográficos: Território, Rede.	30
2.2. Alguns elementos que caracterizam a agricultura Familiar e o Campesinato	36
2.3. Um panorama agrário da na zona da mata/MG.	39
CAP. 3 - A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA/MG: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENTREVISTAS.	51
3.1. A educação no campo e o dialogo com a agroecologia	52
3.2. A territorialização do modelo agroecológico a partir da criação dos ptas e dos centros de tecnologias alternativas (CTAS)	58
3.3. Análise das entrevistas:	65
3.4.Considerações finais	72
Referencias Bibliográficas	76

INTRODUÇÃO



¹entendimento sobre as relações que envolvem o homem e a natureza desperta uma atração inerente à Geografia. Esta ciência propicia a reflexão de forma dialética sobre como o espaço é socialmente (re)produzido conforme cada modo de produção que envolve a história da humanidade.

Na busca por um olhar geográfico, o presente trabalho tratará de alguns elementos do campesinato na Zona da Mata mineira. Essa escolha é motivada pelo contato com lugares com significativa presença da agricultura camponesa, sobretudo, em trabalhos de extensão no campo². Nessa região permanecem estruturas agrárias diversificadas, sendo muitas inseridas em cadeias do agronegócio, o que revela a inserção dessa agricultura no pacote tecnológico proveniente da Revolução Verde, e outras se desdobraram em alternativas de agricultura mais sustentável a luz dos princípios agroecológicos.

A partir desta análise é possível uma compreensão dos elos que dialogam as perspectivas da agroecologia, da economia solidária e da educação do campo. Podemos perceber a influência de atores sociais como as Organizações não governamentais (ONGs), Sindicatos, Associações, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Escola Família Agrícola (EFAs), o programa Teia (Programa de extensão Universitária desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa – UFV)³ entre outros agentes que protagonizam uma articulação solidária e têm a agroecologia como um dos seus principais métodos.

No âmbito desse trabalho pretende-se analisar experiências de camponeses que se dedicam ao cultivo diversificado e agroecológico em sentido amplo, enquanto modo de vida,

¹ As iluminuras apresentadas no trabalho pertencem ao site <<http://letraslivroseafins.blogspot.com.br/2007/04/os-alfabetos.html>> Acesso em: 05 mai. 2010

² Com o intuito de trabalhar estes aspectos geográficos e a extensão no campo, o trabalho foi motivado pelas trajetórias e vivências que são compreendidas no campo da extensão em zona rural. Inicialmente, houve participações em trabalhos realizados pelo CTA (Centro de Tecnologia Alternativa), no projeto “Construindo o futuro da agricultura familiar” e em 2009 colaborei com as atividades de extensão de educação no campo, no Cursinho Popular “Tecendo os Sonhos” de Espera Feliz. Atualmente, participo do projeto “Educação para a cidadania”, que faz parte do PRONERA (Programa Nacional de Reforma Agrária), que também envolve a educação no campo, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) em assentamentos rurais do Município de Arinos.

³ Com o objetivo de articular alguns projetos de extensão Universitária, e fortalecer organizações.

bem como a territorialização das redes solidárias que se configuram em uma busca pela autonomia desses agricultores em relação à agricultura convencional.

Através da reflexão geográfica, abordaremos questões que envolvem a inserção da agricultura camponesa na região estudada, além de outros modelos globais. Destacamos, portanto, a grande relevância social e científica dessa pesquisa para uma contextualização empírica e teórica que servirá de base para a formulação e descrição de demandas que envolvem a compreensão do espaço geográfico na Zona da Mata brasileira.

Grande parte dos estudos que analisam a inserção da agricultura familiar no campo aponta para a importância de se tornar o sistema agrícola mais produtivo. Por isso, a profissionalização do campo seria uma forma de gerar renda e atender as exigências do mercado. As adaptações a novas tecnologias e o conhecimento técnico estariam, então, confluindo para um “desenvolvimento” dos agricultores familiares inseridos nas cadeias da agroindústria familiar.

No entanto, se elucidarmos os efeitos políticos, socioambientais e culturais da adesão ao modelo agrícola moderno observam-se algumas consequências simbólicas e socioculturais no espaço geográfico da região estudada. Nesse sentido, entendemos que há, no caso, um comprometimento das heranças culturais da agricultura camponesa e ainda das relações de sustentabilidade no campo.

É considerável que outras estratégias marcadas pelos princípios da agroecologia culminam em alternativas da agricultura camponesa, onde se buscam a segurança alimentar e a valorização do conhecimento e da cultura dos agricultores. Dessa forma, a autonomia é entendida aqui não só no sentido da reprodução socioeconômica de propriedades agroecológicas nas redes solidárias de comércio justo de forma independente, mas também como valorização da cultura e dos modos de vida no campo.

No Brasil ocorrem, contudo, dificuldades para inserção dessas propriedades no mercado, devido a uma série de fatores que são reflexos de uma história marcada pelo modelo de colonização, pela falta de políticas públicas que atendam esse segmento da agricultura e ainda por conflitos socioambientais.

Na Zona da Mata mineira, a busca da autonomia camponesa e da inserção econômica vem se valendo através do fortalecimento e da formação de redes solidárias de Associações de trabalhadores rurais, ONGs, Cooperativas, Sindicatos, Movimentos e demais Organizações Sociais. Somado a isso, destacamos o papel da Educação do campo, como forma de

articulação dessas redes que buscam a valorização do conhecimento pautado nos princípios da sustentabilidade e da reprodução cultural local. Portanto, dentro das possibilidades, são esses os sujeitos da pesquisa em destaque.

Diante dessa abordagem, é válido problematizarmos neste trabalho alguns fatores e as características que dinamizam as estruturas agrárias familiares na organização territorial. Nessa perspectiva, a questão central tratada aqui é se territorialização das redes solidárias de agroecologia contribuem para a construção de uma autonomia camponesa na Zona da Mata mineira.

Na análise, podemos identificar os elos que interligam os fluxos de informação, saberes e tecnologias agroecológicas. Em especial, evidencia-se a grande importância do papel exercido pelo CTA (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira), e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

O CTA é uma ONG, fundada em 1987, composta por professores da UFV (Universidade Federal de Viçosa), agricultores familiares e técnicos (CTA, 2010). A atuação do CTA na Zona da Mata objetiva o fortalecimento da agricultura familiar - com base nos princípios da agroecologia - dando um grande apoio à territorialização bem como ao fortalecimento das redes solidárias, expandindo a sua influência por toda Zona da Mata mineira, e também se interconectando a outras escalas nacionais e globais.

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) merecem um destaque particular nesse trabalho, dado que elas podem ser vistas como um sujeito articulador do conhecimento agroecológico. O modelo de educação proposto pelas EFAs condiz com a realidade camponesa, isto é, uma educação contextualizada com a cultura do campo e por isso chamada ‘educação do campo’ e não ‘educação no campo’⁴.

Conforme critérios cronológicos, será abordado na pesquisa um horizonte temporal que vai da década de 1980 aos dias atuais, período em que o debate em torno da agroecologia ganhou maior destaque, sobretudo com a fundação do CTA.

Algumas questões nos permitirão compreender esta dinâmica. (1) O desenvolvimento alternativo ao modelo imposto pela Revolução Verde possibilita a construção de uma autonomia socioeconômica dos agricultores familiares? (2) A agroecologia converge em uma maior segurança alimentar em relação aos sistemas tradicionais? (3) A agricultura

⁴ A expressão ‘Educação no Campo’ é utilizada em políticas governamentais, para designar as escolas rurais, levando em consideração apenas os critérios geográficos de localização.

agroecológica propicia a sustentabilidade ambiental no campo? (4) As heranças culturais da agricultura familiar são mantidas através da agroecologia enquanto modo de vida? (5) As redes solidárias de agroecologia contribuem para o fortalecimento econômico, cultural e político da agricultura familiar? (6) A educação do campo contribui para a valorização do conhecimento local, e para a territorialização da agroecologia na Zona da Mata?

Estas são questões amplas que nos servem de referência para essa pesquisa, embora não tenhamos a pretensão de respondê-las, uma vez que tais questões exigem uma convergência maior de estudos e pesquisas, que posteriormente serão pertinentes. Faremos, contudo, a tentativa de problematizar tais aspectos que tangem a realidade.

Neste trabalho inicialmente buscamos uma análise do movimento agroecológico, entendendo também os discursos dos diversos sujeitos sociais. No segundo capítulo trataremos de alguns conceitos da Geografia, procurando estabelecer uma conexão com a pesquisa realizada. Em seguida, no terceiro capítulo, destacaremos alguns elementos da articulação agroecológica na Zona da Mata, trazendo algumas experiências, através de entrevistas semiestruturadas que realizamos com os seguintes sujeitos sociais do processo:

- Willer Araujo Barbosa – Professor da Universidade Federal de Viçosa pelo departamento de Educação, coordenador do Programa de extensão universitária TEIA, membro do CTA.
- Gilmar Souza Oliveira – AMEFA (Articulação Mineira das Escolas Famílias Agrícola)
- Amauri Adolfo da Silva - Sindicato dos trabalhadores Rurais de Espera Feliz, Associação dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA), poeta e agricultor.
- Glauco Regis Florisbello – Técnico do Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA),
- Luiz Sérgio Correa – Agricultor (Comunidade Limoeiro de Espera Feliz), Sindicato dos trabalhadores Rurais de Espera Feliz, Associação dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, COOFELIZ – Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar.

A escolha dos entrevistados aconteceu conforme a articulação no decorrer da pesquisa. Tivemos a oportunidade de uma aproximação com tais sujeitos conhecendo o espaço vivido de alguns destes, dessa forma, entendemos que estes entrevistados são sujeitos atuantes na

articulação dos saberes, da cultura e da agroecologia na Zona da Mata – MG e, por isso, foi essencial entrevistá-los.

Entendemos que existem vários sujeitos sociais que poderiam enriquecer e contribuir para a compreensão do nosso objeto de estudo, principalmente no que tange ao gênero dos entrevistados, uma vez que a participação feminina seria muito importante. Desse modo, deixamos claras as lacunas da nossa pesquisa. Considerando, porém, a possibilidade de continuidade desse processo de modo a envolver também outros (as) sujeitos sociais.

As entrevistas foram realizadas através de gravações, exceto nos casos do entrevistado Gilmar Souza Oliveira, que foi uma entrevista estruturada em questionário, e do entrevistado Willer Araújo Barbosa que aconteceu através de entrevista semiestruturada.

Mesmo concentrando as análises das entrevistas no terceiro capítulo, é importante ressaltar que as mesmas deram subsídios para outros momentos desta análise.

Capítulo 1

CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DO SURGIMENTO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Apesar dos obstáculos da idade de ferro da globalização, estão ocorrendo significativas mudanças no seio da humanidade, em todos aqueles que já não aceitam serem reféns de um paradigma desumanizador e destruidor do horizonte de bem-aventurança. De forma alternativa se comprometem a fazer revoluções moleculares a partir de si mesmos, de baixo para cima e em grupos, irradiando, segundo o efeito borboleta positivo, sobre todo o curso da sociedade. (Leonardo Boff)



homem, desde o início de sua existência, se relaciona com a natureza de várias maneiras, utilizando os recursos naturais conforme as necessidades que surgem em diferentes contextos socioculturais, de acordo com os modos de produção vigentes e os interesses político-econômicos predominantes. Desse modo, a forma como as pessoas concebem a natureza, implica na forma como estas produzem, consomem e vivenciam o espaço geográfico.

Na sociedade capitalista de consumo, tais recursos são utilizados para se atingir o desenvolvimento econômico. Muitas vezes o acesso a esses recursos é privilégio de grupos específicos, o que leva a constantes disputas territoriais, econômicas e políticas. Assim, pretendemos nesse capítulo, refletir sobre como a questão ambiental é discutida por grupos diversos e específicos, da escala local à escala global, sobretudo no âmbito dos acordos mundiais.

Nesse sentido, como contraponto à sociedade de consumo, assistimos nas últimas décadas a ascensão de algumas mudanças de concepções. São vários os movimentos que contestam a visão utilitarista da natureza, ou seja, a visão de que a natureza é apenas fonte de recursos, e que o homem pode modificá-la e utilizá-la a mercê de suas vontades individuais. Buscaremos analisar essas novas concepções e entender como a agroecologia se configura nesse espaço contraditório, através de uma contextualização geo-histórica, sobretudo no caso específico da Zona da Mata mineira.

Entendemos que o movimento agroecológico nos elucidam que os recursos provenientes da natureza são fonte de segurança alimentar, vida e da existência do ser humano. Portanto novos princípios estão sendo difundidos, fundamentados em uma nova forma de lidar com a terra e no respeito à natureza. Esse capítulo tem o objetivo de problematizar os discursos dos

diversos sujeitos sociais envolvidos em movimentos como essas e ainda as lutas sociais em torno dessas questões.

1.1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: O DEBATE GLOBAL E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS



m geral, a discussão a respeito da questão ambiental ganhou ênfase especial nas últimas décadas. O Estado, Movimentos sociais, ONGs, cientistas, ambientalistas, empresários e outros sujeitos sociais apontam a necessidade de um chamado Desenvolvimento Sustentável. Essa visão do desenvolvimento foi referenciada em vários acordos e instâncias políticas.

Em 1972 aconteceu, em Estocolmo, a primeira conferência mundial com preocupação ambientalista. Nessa conferência foi elaborada uma Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que seria reafirmada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Ambas as conferências traziam o objetivo de uma cooperação global em torno de acordos internacionais que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de meio ambiente.

Vários princípios foram estabelecidos a partir da Conferência das Nações Unidas, o que culminou na formação da Agenda 21, envolvendo interesses específicos, sobretudo das Organizações das Nações Unidas (ONU). Nesta análise, é interessante a compreensão sobre as origens da proposição dos termos meio ambiente e desenvolvimento, já que este foi o foco abordado na Conferência.

A “Questão Global” foi o prelúdio do surgimento de uma nova escola de pensamento americana, que segundo Sachs (2000, p.119) ganhou notoriedade ao identificar o espaço global como um sistema em que a estabilidade provém do equilíbrio de vários componentes, tais como: demografia, tecnologia, recursos naturais. Dessa forma, o equilíbrio estaria ameaçado pelo crescimento demográfico (discurso embasado na teoria de Malthus) colocando o ‘Terceiro Mundo’ no centro das atenções, ao mesmo tempo em que retirava a responsabilidade dos países do ‘Primeiro Mundo’ sobre os recursos naturais. O desejo de

crescimento passou a ser visto concomitantemente com a necessidade de administrar os recursos naturais, como parte de um “pacote desenvolvimentista”.

Outra contribuição para o debate do desenvolvimento com caráter ambiental segundo Sachs (2000) foi proposta por ONGs em Estocolmo. A influência de um movimento ecológico pautado em novas tecnologias traria a ideia de que o crescimento supostamente eliminaria a pobreza e, neste caso, o meio ambiente estaria protegido pela nova era de crescimento. Os pobres identificados como agentes de destruição foram alvos de campanhas de “consciência ambiental”, o que é revelado no Relatório feito pela Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento:

Os governos e as instituições multilaterais tornam-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente; muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto é inútil abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional. (Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, 1991, p.3-4).

Entendemos, entretanto, que a pobreza é na verdade uma consequência dos conflitos sociais, da especulação imobiliária e fundiária. Por exemplo, os pequenos produtores, que são impelidos a áreas impróprias, como as Áreas de Preservação Ambiental (APPs), sendo considerados a “causa” dos problemas ambientais, portanto, gerando preconceitos contra os pobres.

Martinez-Alier (1997) questiona a expansão de certo ambientalismo que prega que a qualidade ambiental de alguns países industrializados aumentaria à medida que estes se tornariam mais ricos, uma vez que a diminuição da quantidade de enxofre emitida pelas indústrias nos primeiros estágios iria decrescer com a instalação de filtros nos altos fornos, ou com a mudança de combustível. Tal pensamento vincula-se a uma mudança cultural na esteira das teses pós-materialistas de Inglehart (1997, apud Martinez), que considera a riqueza positiva para o meio ambiente. É interessante identificar a proposição desses valores pós-materialistas pautados na ideia de que o crescimento demográfico poria em risco o equilíbrio do planeta e que, portanto, a qualidade de vida estaria ligada aos padrões sustentáveis alcançados com o crescimento econômico, o que retoma o conceito Malthusiano.

Nesse propósito, é perceptível a ideia simplista de que a pobreza é a grande culpada pela degradação do meio ambiente. Porém, não se leva em conta que o padrão de consumo dos países ditos desenvolvidos é em muito superior ao de um país populoso como a Índia. Se os padrões de produção e consumo dos países do “Norte” fossem considerados ideais para toda humanidade, certamente correr-se-ia o risco de cair em uma contradição ilusória, dado que não há uma única forma de cultura e nem um único ecossistema para toda a humanidade.

Essa questão foi discutida no fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente o Desenvolvimento (FBOMS, 2002, p.15). De acordo com este, o conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se na premissa de que há um único caminho para atingir o desenvolvimento e que todos poderão atingir esses padrões estabelecidos como “ideais”. Ou seja, propaga-se uma imagem de que é necessário industrializar-se e consumir vorazmente para se atingir o patamar dos países desenvolvidos. O que leva à hipótese de que no planeta existem condições e recursos para que todos alcancem esse sonhado desenvolvimento.

Martinez-Alier (1997) por sua vez aponta para um “ambientalismo dos pobres”, que estaria presente em vários conflitos ligados à sobrevivência. Quanto a isso vários exemplos são destacáveis, como: o Movimento pelos Atingidos por Barragens no Brasil, a luta contra o “Imperialismo Tóxico”, a biopirataria, entre vários outros casos que culminam na luta contra a predominância de uma economia mercadológica com vistas a um crescimento desigual.

Nessa questão, Sachs (1993, p.19) considera que: “o crescimento pela desigualdade, baseado em uma economia de mercado sem controles, pode somente aprofundar a cisão entre Norte e Sul e a dualidade interna de cada sociedade. A rigor, sua tendência é exacerbar o círculo vicioso da pobreza e da degradação ambiental”.

Ainda enfatizando as noção de “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, e a oposição entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, Cavalcanti (2003) propõe que o desenvolvimento sempre conduz a um tipo de agressão ao meio ambiente ou ao esgotamento de algum recurso não renovável (como os combustíveis fósseis) e que, sendo assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é contraditório e não pode ser vivido plenamente. Assim, a busca pelo progresso material e a satisfação do desejo de consumo revelam uma insustentabilidade; “o uso, para esse fim, de matéria e energia em doses excessivas e crescentes, exaurindo recursos ambientais acima de sua capacidade de regeneração, obviamente tende a torná-los menos disponíveis para as futuras gerações” (CAVALCANTI, 2003, p.160).

No Brasil, várias organizações, movimentos sociais, bem como a sociedade civil e alguns teóricos passaram a questionar esse modelo de desenvolvimento, o que desencadeou em conflitos socioambientais na busca por políticas públicas.

1.2. MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL



contestação da modernização ecológica influenciou vários debates políticos, a exemplo do Movimento de Justiça Ambiental que consolidou-se como uma rede nos Estados Unidos (com a presença de entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores e intelectuais). O movimento busca políticas públicas contra a instalação de resíduos tóxicos nas áreas onde moram os pobres e, por conseguinte, luta contra a desigualdade social e racial (ACSELRAD, 2004).

No Brasil ocorreram práticas “conservacionistas” que, segundo Diegues (2000), culminaram na implantação, por instituições governamentais e organizações não governamentais, de parques nacionais e reservas naturais. Muitas vezes essas práticas tornavam-se autoritárias à medida que desrespeitavam os direitos das populações locais, obrigando-as a saírem dos territórios transformados em parques e ignorando o conhecimento tradicional.

Na Zona da Mata mineira, esses conflitos estiveram presentes nos zoneamentos ecológicos, e na criação das áreas de APP, e ainda com a legislação ambiental do atual Código Florestal. Um exemplo a ser destacado foi a implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro localizado no Território da Serra do Brigadeiro. Neste sentido, vários conflitos e movimentos sociais, eclodiram como forma de protesto contra a lógica ambiental e econômica predominante.

Conforme Diegues (2000), os movimentos sociais de cunho ambiental surgiram no Brasil a partir dos anos 80. O “ambientalismo preservacionista”, que surgiu no auge da redemocratização, estava mais ligado às questões sociais e criticava o modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda e degradador da natureza.

Segundo o autor, o ‘ecologismo social’ surgiu a partir da destruição da floresta amazônica e seu objetivo era a luta pela manutenção do acesso aos recursos naturais e pela conservação da diversidade cultural. Várias organizações sociais incorporaram o ecologismo social, pode-se destacar o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, os Movimentos Indígenas e o Conselho Nacional de Seringueiros. Entre os outros movimentos que podem ser lembrados está o movimento “Ambientalismo dos pobres” que, como já explicitado, luta por políticas públicas que priorizem o saneamento básico, o tratamento de resíduos e as infraestruturas necessárias. Há uma grande crítica ao fato de apenas pequena parcela da população ter acesso a esses direitos. (MARTINEZ, 1997).

No mesmo bojo está o movimento contra a Biopirataria, que protesta contra a Propriedade Intelectual dos recursos naturais. Nesse caso, os conhecimentos das populações tradicionais não são respeitados, o que é evidente quando várias espécies na Amazônia brasileira são patenteadas pelos grandes empresários.

Ainda podemos citar o movimento agroecológico, que é um exemplo de conjunto de práticas alternativas que ganhou ênfase na década de 1980. Ele prioriza a biodiversidade ecológica, ao mesmo tempo em que preserva a cultura dos camponeses e o conhecimento acumulado através das gerações. No movimento há uma crítica à modernização agrícola decorrente da Revolução Verde.

Ademais, foram vários os movimentos sociais de cunho local que, também preocupados com a questão global, surgiram no Brasil e em todo o mundo.

Assim elucida-se através das organizações e movimentos sociais a crítica em relação ao padrão Norte Americano e outras perspectivas modernas em que o lucro imediato é o fim supremo do progresso e do ‘desenvolvimento’. A competição pelo desenvolvimento econômico aprofunda a desigualdade entre os Estados – Nações. Para entender as origens dessa desigualdade, propomos uma compreensão sobre a criação do conceito de ‘subdesenvolvimento’.

1.3. A CRIAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO



desigualdade entre Estados Nações é um debate que parte, a princípio, do próprio significado da palavra subdesenvolvimento. Segundo Esteva (2000), ao usar pela primeira vez o termo ‘subdesenvolvimento’ (num discurso de posse em 1949), o presidente dos Estados Unidos, Truman, instituiu uma simbologia que recriou a realidade de uma maioria heterogênea dita ‘subdesenvolvida’ sendo posta em posição inferior a uma minoria homogênea. A partir desse momento, a era da hegemonia norte-americana estava intrínseca aos valores do desenvolvimento econômico.

No próprio relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), é possível identificar o desejo de uma nova era de crescimento econômico tendo como base os recursos ambientais, o que mitigaria a pobreza do mundo ‘em desenvolvimento’. Sabe-se, porém, que, não importa o quanto os países do Sul cresçam, a desigualdade é inerente ao sistema capitalista.

Sobre esta questão, é válido elucidar que o atraso econômico dos países do ‘Terceiro Mundo’ era causado pela exploração ininterrupta do ‘Primeiro Mundo’. As relações comerciais estabelecidas pelas regras coloniais proporcionavam um excedente em favor do Centro. Consequentemente, o subdesenvolvimento é mostrado como a origem da dependência entre a Periferia e o Centro e não como característica interna histórica daquela. Portanto, a superação da desigualdade entre os Estados-Nações só é possível se forem quebradas as relações de dependência instituídas entre os países pobres e ricos (FRAGOSO apud FRANK, 2009).

É considerável que o Centro da economia mundial controla não só os excedentes das cadeias produtivas, como enfatiza Fragoso (2009), mas também a produção e a difusão de novas tecnologias; a Periferia, por sua vez é o lócus subordinado na apropriação dos excedentes econômicos e dependente na geração e absorção tecnológica. As economias capitalistas periféricas atingiram a condição de semiperiféricas através do projeto de industrialização nacional do tipo tardia, porém sem o rompimento com a lógica funcional das economias de mercado (POCHMANN, 1999).

Nesta perspectiva, é importante lembrar que na Terceira Divisão Internacional do Trabalho, a produção de manufatura concentrou-se em parte nos países periféricos, já a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio

à produção permaneceu no centro do capitalismo, logo, a utilização de mão-de-obra barata e qualificada não elevada e o uso extensivo de matéria-prima e de energia alimentou, e ainda alimenta, atividades insalubres e poluidoras do ambiente (POCHMANN, 1999).

Assim, é necessário entender como a exploração dos recursos naturais em escala global torna-se essencial para o progresso dos países “desenvolvidos”, e como isso resulta em uma sociedade fundamentada no consumo.

1.4. A SOCIEDADE DE CONSUMO



notável que o consumismo exagerado é insustentável e que uma minoria de pessoas compartilham desse padrão de consumo, que é responsável pelo esgotamento dos recursos naturais. Em prol desse crescimento, aprofundam-se as desigualdades entre Estados-Nação – e mesmo no próprio âmbito nacional – e, dessa forma, um pensamento econômico sobrepuja todos os conceitos de Desenvolvimento Sustentável. A realidade mostra-se antagônica às questões institucionais internacionais à medida que prevalece o reinado da economia.

Um exemplo que aparece em contexto global e que foi debatido No Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (2002) é o do momento em que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, desistiu de assinar o protocolo de Quioto, que era de suma importância na luta contra o aquecimento global. Para ele, os Estados Unidos não estariam preparados para sacrificar sua economia em prol da sobrevivência da humanidade, e mais ainda, o desenvolvimento daquela é importante para o progresso desta.

Ao contrário do esperado, ainda predominam acordos comerciais prejudiciais aos interesses dos países pobres e, além disso, continua evidente a perversidade com relação à apropriação dos recursos da natureza: 20% da humanidade gasta em média 80% dos recursos naturais (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2002).

Em suma, de acordo com Martínez-Alier (1997), a crescente utilização dos recursos naturais de outros territórios e as emissões de dióxido de carbono (causador do agravamento

do efeito estufa além de ser incapaz de ser absorvido pela Terra), contribuem para o aumento da dívida ecológica.

Neste contexto, há um grande debate em torno de financiamentos de projetos de reflorestamento no Sul, como uma forma de contrabalançar as emissões de dióxido de carbono do Norte. Para os países do Norte, o Mercado do Carbono seria uma solução que envolveria menores custos. Porém essa alternativa ainda precisa ser repensada quando se trata do Planeta Terra como um ‘sistema’ global.

A dívida ecológica também está presente no “Imperialismo Tóxico” que, segundo Martínez-Alier (1997), é um termo empregado nas lutas contra a exportação do lixo tóxico que atinge, sobretudo, as regiões mais pobres.

Outra forma de dívida ecológica está presente no intercâmbio ecologicamente desigual que acontece no Brasil e em outros países vistos como marionetes no mercado mundial. Segundo Martínez-Alier (1997), isso ocorre quando se exporta determinados produtos não introduzindo os custos ecológicos, ou seja, a chamada “mochila ecológica”. Esta deveria incluir a energia gasta na produção ou mesmo a poluição consequente da exploração dos recursos naturais.

Segundo Acsegrad (2004), os ambientalistas conservadores e os empresários “ambientalizados” que contemplam a “Modernização Ecológica”, não consideram as mudanças na distribuição do poder sobre os recursos ambientais. Isso revela uma preocupação em agir de acordo com uma lógica econômica, em que o mercado resolveria o problema ambiental através da utilização de tecnologias limpas.

No entanto, na perspectiva da Sociologia, é revelada uma preocupação maior com as formas desiguais de apropriação do espaço e de acesso à proteção ambiental. Acsegrad (2004) articula a degradação ambiental à injustiça social, segundo ele:

Ao contrário, portanto, da perspectiva da modernização ecológica, não há como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos: formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero (Acsegrad, 2004, p.24).

Dessa forma, o que tem ocorrido, é a assimilação do espaço ambiental de alguns países ou regiões por outras. E os recursos naturais são considerados mercadorias, possuindo o valor de uso. São utilizados em função de um progresso que privilegia algumas classes sociais em detrimento de outras.

Essa dominação conservadora é reflexo da colonização dos povos da América Latina, África e Ásia, pelas civilizações que se julgavam superiores. No Brasil, por exemplo, a colonização foi feita de forma a explorar o máximo de recursos naturais, o que desencadeou na atual questão agrária.

1.5. ALGUMAS REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO VERDE NO BRASIL



á no início do período colonial viviam no Brasil cerca de 6 milhões de índios. Ao contrário das nações colonizadoras, os povos indígenas possuíam outro paradigma de sustentabilidade, baseando-se em fontes renováveis de energia e utilizando apenas os recursos necessários à sobrevivência. Dessa forma os recursos escassos eram poupados ao máximo, não havendo destruição perceptível do meio ambiente como lembra Cavalcanti (2003, p.155):

O primeiro paradigma corresponderia, a uma situação de máxima parcimônia termodinâmica e de reverência pela natureza. É o paradigma dos índios brasileiros - aquele que foi encontrado em 1500 quando o Brasil foi descoberto (ou Invadido) e que se pode testemunhar ainda em áreas remotas da Amazônia.

Dessa forma, entende-se que os índios ao se adaptarem ao meio ambiente atingiram certa sustentabilidade. O modo de vida dos índios da Amazônia não provoca destruição aparente no meio ambiente e as tradições e conhecimentos são passados através das gerações (CAVALCANTI, 2003, p.156). Apesar de serem os primeiros habitantes, os índios reclamam por perderem seus territórios e, conseqüentemente, a sua autonomia.

Em geral, é notável a existência de vários conflitos por terras no país, constantemente os índios são desrespeitados e os seus conhecimentos não são levados em consideração. Isso é explícito quando se apontam tendências à biopirataria e às disputas por terras que são por direitos das comunidades indígenas. Sabemos que milhões de índios foram dizimados e, por conta disso, perderam-se uma riqueza de dialetos e culturas seculares. Conforme o senso do IBGE (2010) hoje são 817.963 indígenas que correspondem a 0,42 % da população total do país.

No Brasil, a questão agrária é consequência do histórico de latifúndios e de monoculturas. Desde o início da colonização, em que as terras eram divididas em sesmarias,

até a transformação da terra em mercadoria com a criação da Lei de Terras. São notáveis também (e por esses motivos), as dificuldades de acesso à posse da terra pelos afrodescendentes mesmo após o fim da escravidão.

Assim, tanto no período colonial, como no Império ou no Brasil República a reforma agrária sempre foi alvo de discussão. É notável, porém, que certos privilégios eram sempre reservados a uma determinada classe social. Não pretendemos aqui, aprofundar nesse histórico do Brasil, haja vista que são muitos os elementos a serem destacados. Iremos nos ater, então, ao nosso objetivo principal em torno das transformações ocorridas nas últimas décadas.

A partir da década de 1960 a agricultura brasileira passou por alterações profundas de seu padrão tecnológico e social. O Estado exerceu uma grande influência na incorporação do novo modelo agrícola que visava à autossuficiência alimentar e a exportação de matérias primas agrícolas dentro da lógica do mercado mundial.

A industrialização do campo aconteceu de forma parcial, e beneficiou apenas uma parcela dos agricultores. A modernização conservadora “alterou a base tecnológica produtiva, sem, contudo, mudar a estrutura agrária vigente, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra. Por isso foi chamado apropriadamente de modernização conservadora” (Luzzi, Nilsa, p.7, 2007).

A agricultura passou a depender menos do meio natural, e mais das indústrias processadoras, produtoras de insumos e bens de capital, consolidando o modelo de subordinação da agricultura pela indústria moderna. O final dos anos 60 foi um marco para os chamado ‘Complexo Agroindustrial’, nesse contexto a abertura para um amplo comércio de máquinas, tecnologias, e insumos agroquímicos (agrotóxicos, sementes híbridas e fertilizantes químicos) ganharam destaque.

A otimização da produção agrícola mostrou-se muito mais eficiente à agroindústria. Com a chegada dos novos insumos, muitos agricultores foram impelidos a aderirem a um pacote de tecnologia agrícola que atendia aos interesses econômicos dominantes e que provinha deste novo modelo chamado ‘Revolução Verde’. Assim técnicas agrícolas utilizadas pelos agricultores tidas como “atrasadas”, teriam que ser substituídas por novas técnicas de alto rendimento.

Para a introdução da Revolução Verde, o governo tornou-se peça fundamental, através da formulação de novas políticas agrícolas para a difusão de tecnologias. No Brasil, a maioria

das políticas públicas voltadas ao meio rural atendia substancialmente aos interesses do agronegócio moderno. O governo apoiou o crédito rural subsidiado, que favoreceu uma parcela pequena de agricultores. Dessa forma, os segmentos da agricultura familiar foram afetados pela competitividade agrícola, imposta pelo capital. E, uma nova cultura mercadológica foi incorporada ao campo.

Segundo Luzzi (2007, p.12), no final da década de 70 e início dos 80 o modelo agrícola moderno mostrou sinais de esgotamento num dado contexto de crise mundial que influenciou fortemente o Brasil. A redução do crédito subsidiado culminou na redução do consumo dos insumos modernos que faziam parte do pacote tecnológico. A crise econômica contribuiu para o questionamento do modelo de desenvolvimento, e os problemas ambientais e sociais foram colocados em xeque.

De acordo com a autora, é notável que a produção e a produtividade de alimentos tiveram êxito no país, mas, em contraposição a produção per capita de alimentos é menor do que no início da modernização. Isso mostra um parâmetro de produção de alimentos voltado, sobretudo, para a monocultura de exportação.

Pode-se ainda destacar que com a industrialização do campo, o êxodo rural ganhou proporções significativas, o que contribuiu para o inchaço das cidades e para gerar mais problemas sociais, haja vista que se formou um exército reserva de mão-de-obra para as cidades, que não consegue absorver todos trabalhadores. Como consequência, aumenta a violência urbana, a ocupação desordenada dos morros e a favelização sem condições mínimas de infraestrutura urbana.

Os danos causados pelos agrotóxicos passaram a ganhar destaque a partir dos movimentos de oposição ao padrão tecnológico moderno. Críticas foram feitas por intelectuais e pesquisadores profissionais que questionaram como a monocultura e a artificialização do meio ambiente causam danos profundos, a exemplo da perda da biodiversidade, do embate tecnológico entre os pequenos agricultores, da contaminação dos produtores e do meio ambiente por agrotóxicos, da perda do controle de pragas e doenças e da deterioração dos solos e dos rios. (Luzzi, Nilsa, p.13, 2007).

Apesar da incorporação desse novo modelo agrícola em grande parte do território brasileiro, apareceram também movimentos contrários a esse paradigma ícone da Revolução Verde. A agricultura orgânica, por exemplo, surgiu como uma nova atitude do homem em

relação ao meio ambiente, partindo do princípio de que a busca por uma agricultura menos dependente de insumos químicos é parte da aspiração pelo desenvolvimento sustentável.

Segundo Souza e Alcântara (2007, p.332) a “agricultura orgânica é um sistema de produção agrícola que engloba práticas alternativas de produção em relação à agricultura convencional, excluindo-se o uso de fertilizantes químicos solúveis e defensivos sintéticos, conhecidos como agrotóxicos”.

Segundo Khatouniam (2001) a corrente orgânica surgiu na Inglaterra denominada Organic Agriculture, tendo Albert Howard como figura central. Em suas observações ele concluiu que a adubação química produzia bons resultados nos anos iniciais, no entanto gradativamente a produção caía; ao passo que os camponeses indianos que utilizavam métodos tradicionais tinham rendimentos menores, porém constantes.

Após a firmação da corrente orgânica, várias correntes que apareceram nesse movimento passaram a ser chamadas conjuntamente de agricultura orgânica. Apesar de cada uma ter sua especificidade, de acordo com o país de origem e as crenças, as várias escolas tendem a se dissolver nas trocas de experiências, teorias e práticas.

Embora a base empírica dos sistemas alternativos de produção tenha surgido na década de 1920 (em contraposição ao modelo agrícola moderno), foi somente na década de 70 que as correntes se fortaleceram, sendo que no Brasil as ONGs foram as principais divulgadoras das propostas alternativas.

1.6. A AGRICULTURA ALTERNATIVA



Segundo Brandenburg (2002), a agricultura alternativa antecede a Revolução Verde, surgindo na Europa como movimento de reação e contestação. Na Alemanha associou-se ao pensamento filosófico, na Inglaterra veio como contestação política, e na França como reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos.

No Brasil, na década de 1970, surgiu o movimento socialmente organizado por agricultores familiares junto às Comissões Pastorais da Terra. Diante de uma política agrária excludente, o movimento é uma alternativa à política de modernização conservadora. (BRANDENBURG, 2002).

Conforme Brandenburg (2002) a agricultura ecológica atualmente representa a composição de várias correntes idealizadoras de um modelo ambientalmente correto. Elas podem ser agrupadas em agricultura: biodinâmica, orgânica, agroecológica. A partir dessas correntes, originaram-se outros procedimentos como a permacultura. (SOUZA e ALCÂNTARA, p.333, 2007).

Nos anos 1980 e, sobretudo nos anos 1990, ascendeu consideravelmente a quantidade de organizações, ONGs, cooperativas, movimentos, associações e, de forma geral, redes de agricultores com o perfil da produção orgânica e agroecológica, o que também se deve a busca pelos consumidores de alimentos de qualidade e da biodiversidade.

O mercado dos consumidores ecológicos em escala internacional provocou um aumento na demanda por produtos orgânicos, o que contribuiu também para o crescimento da produção orgânica no Brasil. Conforme dados do Ministério da Agricultura, a exportação brasileira de produtos orgânicos, de Agosto/2006 a Setembro/2008 totalizou U US\$ 26.753.244.

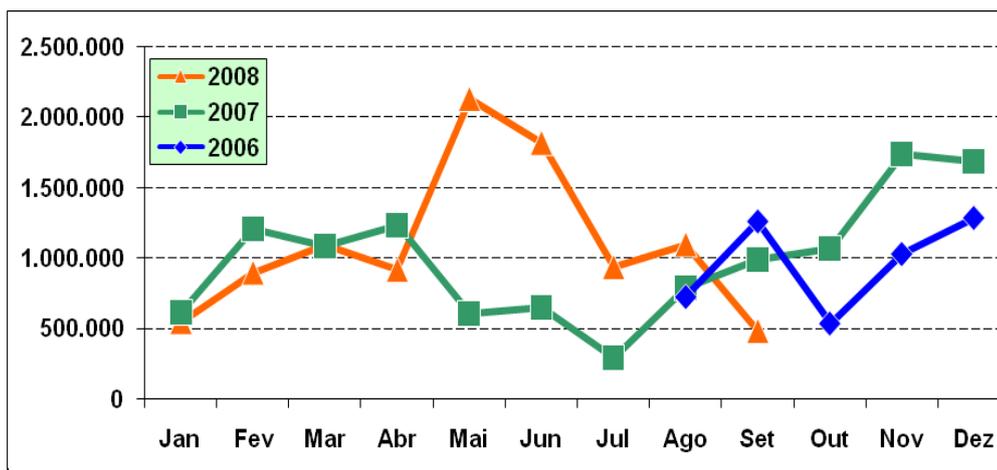


Gráfico 1: Exportação Brasileira de Produtos Orgânicos - Agosto/2006 a Setembro/2008
 Fonte: MDIC/SECEX

Com a expansão do mercado de produtos orgânicos, amplia-se o debate em torno da normatização e certificação dos produtos. Duas correntes apresentavam posições contrárias quanto à certificação: de um lado as instituições que adotavam o modelo proposto pela Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica (IFOAM), geralmente formadas por agricultores individuais que defendiam a agricultura orgânica com a certificação feita por empresas externas; enquanto do outro lado estavam os defensores da agroecologia, grupo formado principalmente pelos pequenos produtores que defendiam a não obrigatoriedade da certificação no mercado local e a criação de um sistema solidário de geração de credibilidade em que os próprios agricultores garantiriam a procedência de seus produtos (LUZZI, p.84).

Nesse sentido, a agroecologia emerge após a década de 1970 como uma nova alternativa capaz de questionar a modernização da agricultura. A agricultura ecológica compreende um conjunto de modelos alternativos à produção do agronegócio moderno (ícone da Revolução Verde). Conforme o entrevistado Florisbello (2010):

A palavra alternativa vem de várias correntes, do movimento alternativo, as comunidades alternativas, tudo que era alternativa ao modelo hegemônico dominante, que de certa forma oprimia as pessoas. O próprio movimento 'hippie' veio disso aí, o movimento da liberdade de expressão e pensamento.

Contudo, os princípios agroecológicos são reflexos de uma cultura já existente antes mesmo da criação do termo. Dessa forma, podemos conceber a agroecologia como uma busca pelos conhecimentos tradicionais dos camponeses; conhecimentos esses que são conservados e resignificados através das gerações. Esses saberes são, então, inerentes à forma como se configura a relação homem/natureza no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, a agroecologia se destaca como um contraponto ao agronegócio, pois, entre outros elementos, identifica-se que a sua configuração territorial ocorre de forma horizontal. O que implica na busca pela conservação da diversidade de culturas e, conseqüentemente, na preocupação em produzir alimentos mais saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos. A preocupação em manter o equilíbrio do meio ambiente e a preservação dos solos é, então, um princípio filosófico construído culturalmente e que nos últimos anos tem ganhado um espaço cada vez maior nos debates acadêmicos, políticos e na sociedade⁵.

1.7. AGROECOLOGIA COMO CONTRAPONTO AO MODELO AGRÍCOLA INSERIDO NAS CADEIAS DO AGRONEGÓCIO



marco teórico dessa pesquisa consiste na análise da contribuição das práticas espaciais de redes solidárias de agroecologia na construção da autonomia da agricultura familiar, em contraposição à dependência do modelo que se estabeleceu com a modernização do campo na década de 1960.

Ao analisar as transformações recentes na agropecuária do Brasil, e as desigualdades de oportunidades no mundo rural, Gehlen (2004) mostra que políticas públicas eficientes dispensam políticas sociais compensatórias. O autor revela que para ser eficiente na agricultura moderna é necessário renunciar ao saber tradicional e se apropriar de um novo saber de acordo com as exigências do mercado que preconizam a competitividade.

Dessa forma, o autor problematiza a agricultura moderna, que traz como alternativa para a superação das desigualdades o processo de profissionalização e a reelaboração da identidade socioprofissional sobre a identidade sociocultural. Conforme o autor, a valorização das atividades rurais se deu através de lutas de movimentos sociais, organizações e instituições de apoio em busca da reforma agrária. Assim, em sua análise é possível identificar a importância das redes para o fortalecimento da agricultura familiar.

Em outra perspectiva, Finatto; Salamoni (2008) abordam a organização dos agricultores familiares para permanecerem no atual sistema econômico. Para os autores, a agroecologia possui princípios pautados em ideais de sustentabilidade que priorizam aspectos

⁵ No entanto, é válido ressaltar certa escassez de trabalhos que contemplem essa discussão, sobretudo na área da Geografia.

sociais, como a qualidade de vida das populações. Porém, apontam a necessidade do poder público de democratizar as linhas de crédito para fortalecer os princípios agroecológicos.

Saldanha; Antongiovanni e Scarim (2009) apontam que o avanço do padrão agrícola monocultor compromete a segurança alimentar, ameaça a biodiversidade e compromete as heranças culturais da agricultura familiar. Os autores problematizam os impactos negativos que ocorrem no meio natural e social com a utilização indiscriminada dos recursos naturais, na tentativa de promover a maximização dos lucros.

Segundo eles, a formação das redes da agroecologia contribui para a autonomia da agricultura familiar, através das quatro funções da multifuncionalidade: a promoção da segurança alimentar, a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a manutenção da cultura e a preservação dos recursos naturais.

Em reflexões sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar revela-se a importância desta para *“a recuperação da biodiversidade e da paisagem, na recomposição do tecido social rural, no resgate da memória e das tradições, e na segurança alimentar”* (SALDANHA, ANTONGIOVANNI e SCARIM, 2009, p. 143).

Esses fatores são elucidados nos hábitos dos pequenos agricultores através da diversificação das culturas (hortaliças, flores, frutas, ervas, entre outros) e nas manifestações culturais tradicionais. Dessa forma a agroecologia contribui para a recomposição de redes de relações familiares e comunitárias, que são estabelecidas também pela ancestralidade. Conforme a entrevista do agricultor Sergio Côrrea (2010):

Agora tudo isso exige trabalho, é uma das coisas que o pessoal da roça precisa aprender. É começar de novo, trabalhar porque os antigos não viam isso como trabalho não, era um *hobbie*. Tinha aquele tanto de bicho e tinha o maior prazer em tá lá, igual eu fico. Se bobear eu passo o domingo em torno deles. Mas com o objetivo, eu sei igual você falou: tem lá uma vaquinha, se ela está prenha você vai receber o leite para o consumo da sua família, mas já tem um bezerro, com seis meses, você pode tá vendendo ele. A partir do momento que nasce, com seis meses aparentemente num vale nada, mas se for uma fêmea vale 800 reais ou mil reais. É uma fonte ou não é? Porque o seu lucro tá ali, porque o bicho você tem que manter ele mesmo, e o que ele produziu você alimentou. É você e o vizinho, que poderia tá?(...)

Conforme Saldanha; Antongiovanni e Scarim (2009) a resistência à territorialização de grandes empresas agroindustriais, desdobra-se na construção de movimentos sociais que atuam nas redes na perspectiva da autonomia alimentar e da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, configurando estratégias de permanência na terra.

Portanto, a multifuncionalidade da agricultura esta emanada na educação no campo e na agroecologia. Na escala territorial são repensadas estratégias de comercialização em redes solidárias de distribuição e consumo na relação campo-campo e campo-cidade. Esse processo também contribui para uma maior autonomia do agricultor familiar, o que condiz com a reprodução social e econômica local de um novo ideal de vida.

1.8. OS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS



Para compreender esse ideal de vida que marca atualmente uma parcela crescente da sociedade, é essencial aprofundar-se em alguns princípios agroecológicos. Tais saberes perpassam determinadas condições ecológicas, sociais, econômicas, técnicas e culturais de cada meio geográfico.

De acordo com Leff (2002) as práticas não se unificam em torno de uma única ciência, pois, as condições históricas se articulam em diferentes níveis de produção teórica e ação política na junção dos princípios, teorias, conhecimentos, técnicas, saberes e práticas.

A agroecologia configura-se como um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável. Nesse sentido, a sociedade é uma grande beneficiada quando se orienta a buscar um equilíbrio ecológico e, por conseguinte, a segurança alimentar. Em face da grande violência com que a terra é forçada a dar frutos em práticas predatórias da agricultura capitalista, a agroecologia busca alternativas sustentáveis. (LEFF,2002, p.37)

Hoje, o domínio da economia sobre estes mundos de vida e a intervenção da tecnologia na própria vida, não só dessecou a terra, em sua fome insaciável de produtividade e lucro, como também espremeu o suco dos sabores para deixar só a forma sedutora de frutos e legumes que atraem pela vista, que saciam a fome de alguns consumidores, mas que não têm sabor de nada. Não se trata de nostalgia por tempos passados. (LEFF, p.38, 2002)

A distribuição de alimentos e a segurança alimentar, tão almejada pelo povo, não foram alcançados, mesmo com o grande aumento de produtividade no país, o que mostra que esse modelo agroindustrial concebe muitas falhas. De acordo com Enrique Leff (2002), a partir das experiências produtivas da agricultura ecológica, a substituição do modelo hegemônico agroindustrial por uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e

ecologicamente sustentável é marcada pelos princípios de igualdade entre o conhecimento científico e os saberes locais originados pelos agricultores.

A Agroecologia reconceptualiza a terra e a natureza como agroecossistema produtivo. Isso significa libertar o conceito de terra e de recurso, das formas limitadas de significação do natural submetido à racionalidade econômica, que levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza; que levaram a desterritorializar a terra para poder estabelecer seu valor como uma renda, produto das fertilidades diferenciadas dos solos (LEFF, p.41, 2002).

Nessa perspectiva, o agricultor entrevistado Sergio Corrêa (2010) nos revela a importância da diversificação da produção, e de manter um equilíbrio com a natureza:

Uma produção bem diversificada é o projeto, tem: banana , milho, frutas, grãos feijão, café. E animais para consumo: porco, galinha e vaca. Aproveita para adubo, tudo se aproveita, nada se perde, a produção de animais não interfere na natureza, o estrume do gado vem pra horta, a urina não escorre, a dos porcos é coletada pelo caixa de retenção e não vai na água. Esse sistema é ideal para os animais no sítio, com a consciência de que se houver a produção de um número maior de animais, estes não venham interferir na natureza. A agroecologia é preocupar em produzir, mas sem contaminar, não jogar lixo em qualquer lugar, ter uma maneira de coletar.”(CORREA, 2010)

Conforme Leff (2002), a implantação de um modelo agroecológico não deve ser dominada pelos mecanismos de regulação do mercado, visto que, a agroecologia e a agronomia capitalista se contrariam quanto ao modelo produtivo:

Enquanto a agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra (LEFF, p.43, 2002).

De acordo com o entrevistado Willer Barbosa (2010), na resistência da agroecologia há uma agricultura familiar de caráter étnico e de amor pela terra. Os agricultores, no entanto, precisam lidar com a pressão do atual código florestal – que não valoriza a produção da vida, demonstrando a preservação ambiental sem a preservação humana. Já a agroecologia, ao contrário, concebe a conservação ambiental inerente a vida humana, vendo o ser humano como parte da natureza.

O entrevistado Amauri Silva (2010), destaca a importância de um despertar da consciência agroecológica, para uma soberania alimentar tanto do corpo quanto dos ideais de um povo. Na poesia seguinte ele manifesta essas concepções vivenciadas:

Soberania Alimentar

É preciso alimentar
A esperança,
Os sonhos.

Alimentar com
Segurança os
Ideais de um
Povo.

É preciso alimentar
Com segurança
A soberania,
A cidadania.

Alimentar o corpo
Com pão da
Agroecologia
E alma de
Luz.

(Amauri Adolfo Silva, 2005)

A partir desta perspectiva entendemos que o entrevistado apresenta a agroecologia como um modo de vida. Conforme Amauri Silva, (2010) “Já fui revolucionário de querer pegar nas armas, hoje prefiro tocar nas almas. Tem que semear o que acredita”. Através dessa entrevista percebemos a importância de pensar a agroecologia como uma nova forma de refletir a vida, que também se constrói através da ressignificação de uma cultura. De acordo com o entrevistado:

É, quando a gente fala da agroecologia ta muito ligada à visão holística, mas ainda ta meio fragmenta, pois quando a gente fala de cultura pensa logo na dança (...) agroecologia também é cultura, é um modo de viver é uma filosofia de vida, então não ta lá roça, ta nas pessoas, ta na casa da gente.

A agroecologia pressupõe um modo de produção fundando num potencial ecológico tecnológico da natureza e da cultura. A cultura marcada pela busca da reprodução econômica da segurança alimentar e da geração de renda, associada a dimensões mais subjetivas da vida, como na poesia que reflete esses ideais.

Nesse sentido, destacamos a emergência de novos sujeitos sociais que procuram por em curso práticas produtivas alternativas, conforme os princípios agroecológicos, envolvendo novos estilos de vida apropriados pelos próprios agricultores e pelas comunidades rurais. Concebemos então, artistas, militantes, agricultores, dentre outros sujeitos que se articulam politicamente nas comunidades.

São fundamentais o fortalecimento político e a organização das comunidades para que elas assim desempenhem alternativas produtivas que conciliem condições de vida e a sustentabilidade dos recursos. A autogestão é necessária para contrapor o processo de capitalização do campo, ao mesmo tempo em que as redes solidárias articulam o movimento agroecológico, trazendo novas alternativas ao desenvolvimento.

Santos; Rodríguez (2002) destacam que pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais é essencial por dois motivos. Primeiramente, porque vivemos em uma época em que prevalece a ideia, propagada pelas elites econômicas intelectuais e políticas conservadoras, de que não há alternativas ao capitalismo neoliberal. Com o renascimento do ativismo a favor de um pensamento crítico há, no entanto, um questionamento à globalização neoliberal através da formulação de alternativas econômicas emancipatórias e viáveis e da proposta de uma globalização contra-hegemônica.

Como segundo motivo, os autores revelam que as alternativas sistêmicas ao capitalismo representadas por economias socialistas centralizadas tornaram-se inviáveis, num contexto de sobrevivência ao capitalismo. Dessa forma, “a afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.25), mas que há um campo de possibilidades que traduzem alternativas que ainda não foram postas em prática e que representam a busca por sociedades mais justas.

Neste sentido, o autor expõe uma proposta marcada pelas alternativas de desenvolvimento, explorando alternativas pós-desenvolvimentistas em todas as escalas:

Ainda que as alternativas ao desenvolvimento dependam, em grande medida, da defesa das alternativas locais e das formas de vida e de conhecimento anticapitalistas que elas possam representar, acreditamos que o pensamento e a ação pós-desenvolvimentista tem muito a ganhar – como mostram as lutas bem sucedidas que articulam o ativismo local, nacional e global – se em vez de celebrar incondicionalmente a diversidade local, se esforçarem por desenvolver propostas que se desloquem através de todas as escalas, dependendo

das necessidades de lutas concretas. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.57)

O novo paradigma pós-desenvolvimentista, a luz do pensamento de Santos e Rodríguez (2002), elucida alternativas concretas que se consolida no espaço geográfico. É através desse processo que buscaremos um aporte ao entendimento da articulação agroecológica na zona da mata no capítulo seguinte.

Capítulo 2

CONCEITOS GEOGRÁFICOS: UM APORTE AO ENTENDIMENTO DA ARTICULAÇÃO AGROECOLÓGICA NA ZONA DA MATA

Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos (Milton Santos, 2006)



este capítulo, iniciaremos um debate nos valendo de alguns conceitos geográficos. Assim, pretendemos afinar esse debate em torno de todas as questões apontadas até aqui, buscando suporte no método geográfico, sobretudo na perspectiva de uma crítica social. Essa abordagem inicial também estará respaldada nos limites da Geografia enquanto ciência capaz de articular a diversidade de elementos, que caracterizam a agricultura familiar na Zona da Mata.

Nesse sentido, também buscamos contextualizar a Zona da Mata de Minas Gerais, trazendo uma breve descrição de alguns elementos naturais e socioeconômicos que compõem a paisagem geográfica dessa mesorregião. Utilizaremos como base mapas e gráficos com temáticas que caracterizam a agricultura familiar da região.

É válido considerar que esse estudo apresenta uma realidade de forma generalista, haja vista que seria necessário um estudo mais aprofundado para uma maior compreensão das várias questões que serão abordadas a seguir. No entanto, pretendemos dar uma continuidade a esses estudos em novos trabalhos.

2.1. CONCEITOS GEOGRÁFICOS: TERRITÓRIO E REDE



Em relação ao conceito de território, é importante antever algumas questões que certamente contribuirão para realização desse trabalho, tendo em vista que aqui também se pretende considerar a dimensão territorial das redes sociais. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p.13), “toda sociedade ao se constituir a si mesma constitui seu espaço conformando, assim, seu território”. A territorialidade então pode ser compreendida como “certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 1995, p.99).

Entender como ocorre a dominação e/ou a apropriação de um espaço, perpassa também pela compreensão das territorialidades distintas que ocorrem no âmbito da sociedade. Nesse sentido, Porto Gonçalves (2006), revela que a partir dos anos 1980 e 1990 o mundo configurou-se por uma nova dinâmica de poder.

Conforme o autor, com a desterritorialização do Estado através da política Neoliberal, ocorre a inserção de setores e classes sociais que passam comandar o Estado através de outras territorialidades marcadas pelo imperialismo. Assim, com a desnacionalização e a desdemocratização do Estado, emergem também setores que antes estavam às margens do Estado. Dessa forma, novas territorialidades são formuladas.

Souza (1995) revela que o território não deve ser reduzido apenas à escala do Estado, pois ele também está presente na espacialidade social. “Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – **ao menos enquanto o homem também estiver presente**”(SOUZA, 1995, p.96. grifo nosso).

Haesbaert (2002) entende o território associado à dominação político-econômica do espaço ou como uma apropriação simbólica no sentido compartilhado e/ou identitário com o espaço. Conforme o autor:

Assim, associar ao controle físico ou à dominação ‘objetiva’ do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente, podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação a construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2002, p.121)

A partir desses conceitos, pode-se dizer que na Zona da Mata de MG os territórios são construídos e reconstruídos constantemente, o espaço é alternadamente territorializado e desterritorializado. Os territórios são simultaneamente dominados e apropriados pela mineração, pela monocultura, pelo café, pelo eucalipto, pela agricultura patronal; em contraposição temos a territorialização da agricultura familiar, da agroecologia, da economia solidária e dos movimentos sociais dentre outras territorialidades.

Por isso a utilização do termo “território” como categoria de análise, torna-se justificável, dado que diversos atores sociais e organizações podem ser naturalmente identificáveis no arranjo espacial no atual contexto da Zona da Mata mineira através de relações de poder que estão na sociabilidade espacial, na articulação dos movimentos sociais e na apropriação simbólica do espaço.

A articulação dos movimentos sociais ocorre através das redes. No Brasil é evidente a presença de várias organizações e movimentos sociais, em que podemos destacar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento negro, o Movimento indígena, a Agroecologia e tantos outros que são formas de organização locais e se manifestam como resistência à submissão ao capital.

Esse trabalho também pretende analisar a territorialização das redes solidárias desses movimentos que se configuram nas variadas escalas. O que também traduz a necessidade de uma análise conceitual sobre a Geografia das Redes.

Para uma compreensão da dinâmica em torno das redes solidárias que envolvem a Zona da Mata mineira, inicialmente faremos um aporte ao entendimento de como essas relações se dão no espaço geográfico. Este é um conceito fundamental para uma análise geográfica da realidade estudada. Para Milton Santos o espaço pode ser considerado:

Um teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações. O espaço total é formado por todos esses fluxos e objetos existentes. Estes são intermediários, formando redes desiguais e de características diversas, que se superpõem, emaranhadas em diferentes escalas e níveis e se prolongam umas às outras, desembocando em magmas resistentes à ‘resificação’. (SANTOS, 1999, p.14)

Por ‘práticas espaciais’ Corrêa (2003) entende que estas são as ações que impactam e alteram o espaço alterando ou preservando-o. As práticas espaciais resultam em padrões

culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas de cada momento histórico, dando significado a organização espacial.

Assim, entende-se que a cada etapa da evolução da sociedade há uma renovação dos modos de produção e das técnicas produtivas, mudando o funcionamento do espaço. Dessa forma, modos de produção e o espaço geográfico são inerentes à mesma lógica unitária que tange à história (SANTOS, 1999).

Conforme o autor, é no âmbito do espaço que as redes são ativadas, através das variedades de comunicação que o conteúdo técnico permite transmutar. Milton Santos (1999) enquadra as redes em dois matizes: os que consideram as redes como realidade material; e o outro que leva em conta também o dado social. Nessa última definição, o autor revela a dimensão social e política das redes, devido às pessoas, mensagens e valores que as frequentam. “Sua função fundamental é assegurar ligações, nos seus mais diversos aspectos.” (SANTOS, 1999)

Dias (2003) elucida que a rede tem a função de circular e comunicar, o que sugere a conexão entre os lugares de poder e de referência. “É através da conexão que a rede solidariza os elementos. Mas, ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir” (DIAS, 2003, p.148). Assim, de acordo com autora as redes resultam de manifestações das condições técnicas, políticas, econômicas e sociais.

Haesbaert (2002) propõe a análise das redes enquanto articuladoras das fronteiras territoriais para a eficácia do sistema capitalista o que, por outro lado, se distingue das redes simbólicas ou de solidariedade, como reação sociopolítica ou cultural.

Assim como devemos distinguir entre redes desterritorializantes e (re)territorializantes, devemos distinguir entre aquelas “funcionais” ou instrumentais, voltadas para a eficácia do sistema econômico capitalista e aquelas mais simbólicas ou de solidariedade, voltadas para as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante (de caráter comunitária por exemplo). (HAESBAERT, p.128, 2002)

Portanto, esse trabalho pretende fazer um aporte epistemológico de cunho geográfico da territorialização das práticas espaciais articuladas em redes solidárias. O que implica na identificação das redes solidárias no âmbito dos fluxos sociais e políticos. É na especificidade da solidarização dos elementos que se revelam as redes de agroecologia, manifestadas em escala global e também local, o que nesta análise é referente à região da Zona da Mata mineira.

As redes podem também ser percebidas no âmbito da Economia Solidária – movimento que tem ganhado grande visibilidade na articulação nacional, bem como em diversos outros países. Conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2005, p.10), esta se conceitua como:

Fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Após algumas iniciativas, a difusão da Economia Solidária passou por um crescimento muito grande em nosso país. Inclusive com a consolidação de novos espaços, como o Fórum Social Mundial, o Fórum Brasileiro de Economia Solidaria (FBES) e ainda com a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidaria (SENAES) e do Conselho Nacional de Economia Solidaria (CNES). O que revela um instrumento de legitimidade perante o Estado.

Portanto, entendemos a Economia Solidária como um conjunto de iniciativas não isoladas, mas em redes de cooperação que se articulam também através de fortalecimento dos fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidaria, através de Encontros locais, regionais e nacionais.

Um grande desafio é a construção de redes solidárias de produção, comercialização, consumo e finanças como um ato político e ético, ou seja, fazer com “que os insumos de determinado empreendimento solidário possam ser comprados de outro empreendimento solidário, conformando assim cadeias solidárias de produção/consumo”, conforme os princípios de sustentabilidade e os princípios de equidade de gênero, raça, etnia respeitando também as regionalidades (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005, p. 11).

A agroecologia aparece dentro desses princípios solidários como uma forma de defender a produção familiar da competição desigual, através da adequação política dos preços mínimos privilegiando a compra agroecológica solidária. No entanto, ainda são muitas as dificuldades que a agricultura familiar enfrenta para sobressair-se nesse sistema, configurando-se como um movimento de resistência sociocultural e de luta por políticas públicas agrárias.

O Movimento Agroecológico traz também a afirmação de uma identidade marcada pela valorização de uma cultura camponesa a partir uma ancestralidade de gerações que a ressignificam. A manutenção da sua existência revela-se, portanto, a partir do amor pela terra

de forma não conflitante com os as implicações econômicas, uma vez que é a partir dela que se retira a fonte da vida e do sustento.

A preservação cultural manifesta-se como uma forma de resistência ao modelo homogeneizado da globalização, que se consubstancia pela proeminência dos valores de troca sobre o social. Segundo Santos (1999) a apropriação do território para fins econômicos é muito maior do que as demandas sociais.

Assim, a conformação da agroecologia assume além de uma busca pela afirmação da identidade cultural em âmbito local conectado ao Nacional. Uma conotação política que se organiza em redes, e que busca propor uma organização territorial alternativa através das práticas agroecológicas. Os movimentos sociais se apresentam como uma contestação ao modelo de uma economia desigual que privilegia certos espaços em detrimentos de outros.

A agroecologia se revela como uma parte ativa e reativa da paisagem geográfica nos interstícios do sistema capitalista. Nesta análise, observa-se que a questão fundiária no Brasil elucida vários momentos onde a ação hegemônica de uma elite agrária prevalece ditando as regras econômicas, políticas e sociais através de um padrão concentrador da propriedade de terra (já que essa é tida como uma mercadoria) e ainda conforme a regras do mercado competitivo, e desigual.

Dessa forma, a territorialização de um movimento pode se configurar como uma forma de resistência à universalidade da mais-valia. Neste sentido, Santos (1999) explica que a produção unificada do modo de produção capitalista impõe um mercado global, motor da vida social e econômica.

A Resistência ocorre através da formação de “territórios-redes” (HAESBAERT, 2006) que são formas de se comunicar em escala global e local. Cada lugar acolhe uma fração maior ou menor das redes globais e é através dessas redes que no âmbito da articulação – dentro dos princípios da agroecologia e da economia solidária – há um fortalecimento dos nós, buscando a visibilidade.

Para o autor, é na interação entre as múltiplas escalas e territórios, que se compreende a articulação entre diferentes territorialidades. Assim podemos entender as redes como fortalecedoras de territórios. Por isso territórios e redes são inerentes à realidade concreta:

Redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo

processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras). (HAESBAERT, 2002, p.123).

De acordo com Haesbaert (2002), as redes de caráter local e regional possuem um potencial para propor organizações territoriais alternativas. Essas organizações atuam no sentido oposto à lógica avassaladora do capital, através da busca pela adesão territorial e cultural. Neste aspecto, a agroecologia aparece também como uma nova forma de territorialização identitária dentro da mesorregião da Zona da Mata.

Compreende-se, com isso, que os movimentos sociais configuram um movimento de fragmentação e segmentação espacial. Que funciona como um mecanismo de diferenciação espacial territorial pela busca de uma identidade pautada em valores mais solidários e sociais, pela reafirmação cultural camponesa, pelas dificuldades de inserção nas políticas agrárias, pela luta política e social, por conflitos territoriais, pelas redes de solidariedade local, regional, nacional e até internacional.

Diante das mais distintas territorialidades que são conformadas na região da Zona da Mata mineira, torna-se questão fundamental entender como a agroecologia ocupa esses territórios. No contexto dessa região é possível identificar as várias disputas por interesses políticos, sociais, culturais, econômicos e ambientais. É a diversificação dos interesses que dinamiza a articulação em redes territorializadoras ou desterritorializadoras. Os sujeitos sociais (movimentos sociais, das organizações e instituições) estão em constante dinâmica para ocupar os espaços, buscando a articulação em redes solidárias. O que nos permite concluir que é através das articulações em redes que se dão os processos de territorialização do saber agroecológico.

É através do território-rede que os sujeitos sociais ocupam os espaços. Com base nos saberes agroecológicos, e nos princípios da economia solidária. Nesse sentido, para clarificar os conceitos em torno do debate agrário e agroecológico, abordaremos algumas questões em torno da inserção da agricultura familiar e do campesinato, caracterizando a nossa região de estudo que é a Zona da Mata.

2.2. ALGUNS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A AGRICULTURA FAMILIAR E O CAMPESINATO



agricultura familiar é um conceito abrangente que se configura em um aspecto básico e generalizado do espaço agrário brasileiro. Conforme Wanderley (1996), ela se caracteriza pela utilização da mão-de-obra familiar como forma de reprodução social/econômica da vida no campo. A agricultura familiar pode, então, ser “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. (WANDERLEY, 1996, p.2)

Por apresentar estruturas agrárias diversificadas, no Brasil a agricultura familiar assume uma variedade de formas sociais, no tempo e no espaço onde a propriedade e o trabalho são fatores que traduzem essa diversidade de categorias – que muitas vezes são denominados por estudiosos como: campesinato, pequeno produtor ou agricultura de subsistência. (WANDERLEY, 1996).

A multiplicidade de temporalidades convivendo simultaneamente (GONÇALVES, 2006) converge nessas várias categorias de agricultura familiar que a sociedade assume no espaço geográfico. Nesse sentido, a história da agricultura perpassa pelos vários contextos socioeconômicos sem, contudo, romper com as estruturas existentes anteriormente.

O campesinato brasileiro revela, assim, diferentes processos sociais ao longo da história da agricultura brasileira, como os reflexos do modelo colonial que se perpetuam após a independência. Modelo este, respaldado na proliferação dos latifúndios, a escravidão, a dominação econômica e a ocupação das fronteiras agrícolas (WANDERLEY, 1996). A conjuntura dos ciclos econômicos é revelada por disputas políticas territoriais pela posse da terra e dos recursos naturais.

Observa-se com isso que diante das transformações da sociedade contemporânea advindas da globalização, da Revolução Verde e da competitividade da economia capitalista a agricultura familiar precisa se adequar às novas exigências do mercado. “É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (WANDERLEY, 1996, p.6).

Nesse sentido, a agricultura familiar ganha na sociedade moderna novos contornos que a diferenciam do campesinato tradicional. Formas não camponesas são adaptadas à reprodução da agricultura moderna, que revela o agronegócio familiar como uma estratégia de gerar lucratividade pela inserção no mercado.

Benedetti; Meokarem e Benedetti (2008) revelam que as transformações comportamentais no campo ocorrem por meio da nova visão produtiva e social da ‘empresa rural’. Para os autores, a educação no campo acompanhada de políticas públicas, deveria exaltar o agronegócio como um porto seguro que promove o crescimento intelectual do agricultor e resulta na melhoria de vida. Os autores apontam a importância de tornar o sistema de produção mais competitivo, respeitando o meio ambiente, aumentando a renda e profissionalizando o agricultor familiar.

Finatto; Salamoni (2008) concordam que a reprodução do padrão capitalista age de forma desigual nos espaços, sobrepondo-se às possibilidades de desenvolvimento local. No entanto, para os autores, os segmentos familiares se organizam para permanecer no atual sistema econômico, o que favorece o surgimento de novas perspectivas no espaço rural.

São vários os fatores que fragilizam a manutenção do campesinato: a precariedade estrutural e a instabilidade do acesso a terra, o projeto social de vida e os valores socioculturais (WANDERLEY, 1996). A autonomia relativa alcançada pelo camponês aparece em relações de sociabilidade além das familiares. Em outras palavras, o camponês se insere em um lugar criando os vínculos e ocupando territórios.

É nesse sentido que no presente trabalho destaca-se a importância das redes sociais na reprodução socioeconômica da agricultura familiar, tanto no âmbito local quanto regional. São formas de organizações sociais que se sobressaem ao modelo capitalista homogeneizador, perpetuando novas possibilidades de desenvolvimento rural que acabam cristalizados em outros valores marcados por uma cultura arraigada na identidade camponesa.

Wanderley (1996) entende que há uma continuidade da tradição no modo como o campesinato se integra ao mundo moderno, haja vista que as estratégias de reprodução familiar ainda se baseiam na utilização dos recursos existentes na própria propriedade familiar, assegurando a manutenção do patrimônio sociocultural. Entende-se, portanto, que o campesinato é uma forma particular da agricultura familiar.

Segundo a autora, uma característica marcante do campesinato é a autonomia demográfica, social e econômica. Essa autonomia é alcançada através busca da subsistência

imediate do grupo familiar, garantindo também condições de existência/sobrevivência às gerações vindouras. Para ela, a luta por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família são características inerentes ao campesinato brasileiro.

Conforme o entrevistado Willer Barbosa (2010), a agricultura familiar (embora a família seja uma instituição clássica, patriarcal e hierarquizada) é a categoria histórica escolhida para designar aos agricultores que conseguiram a sua propriedade rural. Assim, ele lembra que nas análises marxistas quem tem a posse da terra também detém os meios de produção. Nesse sentido a agricultura familiar estaria cumprindo um papel do capitalista patrão. Essa análise, entretanto, não deu conta de compreender a realidade atual.

Segundo o entrevistado, a Via Campesina luta pela posse da terra, porém as lutas não provêm somente da posse da terra, e a reforma agrária não termina com a concessão da terra aos trabalhadores rurais. Pelo contrário, traz também outros elementos e outras perspectivas que a agroecologia resgata. Portanto, independente das conceituações, agricultores familiares agroecológicos e a Via Campesina devem convergir a um mesmo paradigma para gerar a felicidade mútua.

A construção de um saber tradicional torna-se essencial para a transmissão de uma tradição inspiradora das formas de vida local e das decisões tomadas no trabalho familiar. A tradição camponesa, tanto na forma de produzir, quanto na sua vida social, reproduz-se nas raízes culturais. A respeito das práticas ancestrais, de acordo com o entrevistado Florisbelo (2010):

Tem a preocupação sim de valorizar os conhecimentos aquilo que eles sabem da ancestralidade aquilo. Agora existem situações que isso precisa ser rediscutidas, pois existem práticas ancestrais que também não são muito boas, assim ancestral talvez não, mas existem práticas tradicionais que já foram incorporadas ao cotidiano de muitos agricultores que são ruins – limpar o solo (...) não interessa manter essa tradição, assim como o machismo é cultural(...) Hoje, a gente avançou sobre a discussão das tradições, tem boas tradições como em Araponga, que estão assumindo a identidade PURI (...) a terra como mãe, resgatam valores tradicionais.

Nota-se, após a leitura dos autores citados, que os segmentos da agricultura familiar estão diversificados em várias estruturas agrárias e vertentes, sejam elas do campesinato ou a da agroindústria familiar. Diante dessas perspectivas, a pesquisa pretende contribuir com a primeira vertente, ou seja, a influência da territorialização das redes solidárias agroecológicas na busca da construção diferenciada de uma autonomia camponesa na Zona da Mata mineira.

Para tanto, é essencial que tenhamos algumas fontes de dados, que nos levarão a uma maior percepção da realidade agrária da região estudada.

2.3. UM PANORAMA AGRÁRIO DA NA ZONA DA MATA/MG



mesorregião da Zona da Mata mineira apresenta uma quantidade expressiva de áreas agropecuárias destinadas à agricultura familiar. Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006 publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 42% destas áreas são destinados aos estabelecimentos agropecuários familiares (IBGE, 2006). Dessa forma, identificamos a importância da representatividade da mesorregião em comparação à escala do Brasil, com apenas 24,32% das áreas agropecuárias destinadas à agricultura familiar (IBGE, 2006). Nesse sentido, uma questão a ser problematizada é: o que levou a agricultura familiar a se manter na mesorregião?

A seguir apresentamos alguns dados que caracterizam, de forma geral, a estrutura agrária da Zona da Mata mineira como uma área de agricultura familiar em que há pouca presença de estabelecimentos de grande porte, predominando os de pequeno porte.

Área ocupada por estabelecimentos rurais com menos de 100 ha(%) no Estado de Minas Gerais em 2006

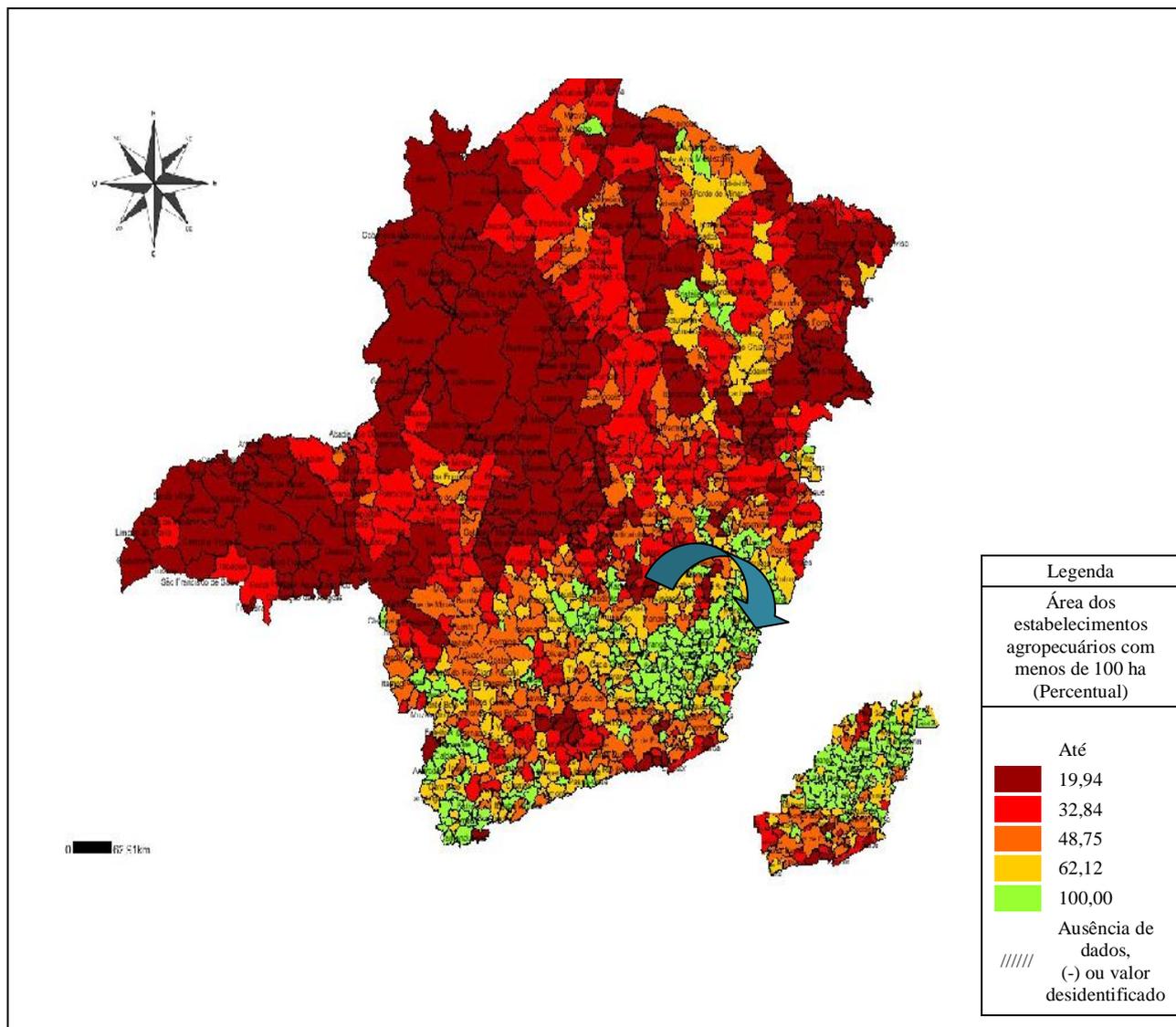


Figura 1- Fonte de dados: Censo agropecuário IBGE, 2006.
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010.

Através do mapa observamos uma maior concentração de estabelecimentos rurais com menos de 100 ha(%) nos municípios que estão espacializados ao Norte da Zona da Mata. No sul da Zona da Mata, ocorre um número menor de municípios com menos de 100 ha (%), sendo notável a presença de um eixo econômico-industrial em torno da cidade de Juiz de Fora e próximo ao triângulo mineiro.

Em relação a Minas Gerais, a Zona da Mata se destaca na quantidade de propriedades rurais com menos de 100 ha. Nas mesorregiões Norte, Noroeste e no Triângulo Mineiro predominam estabelecimentos rurais com mais de 100 ha.

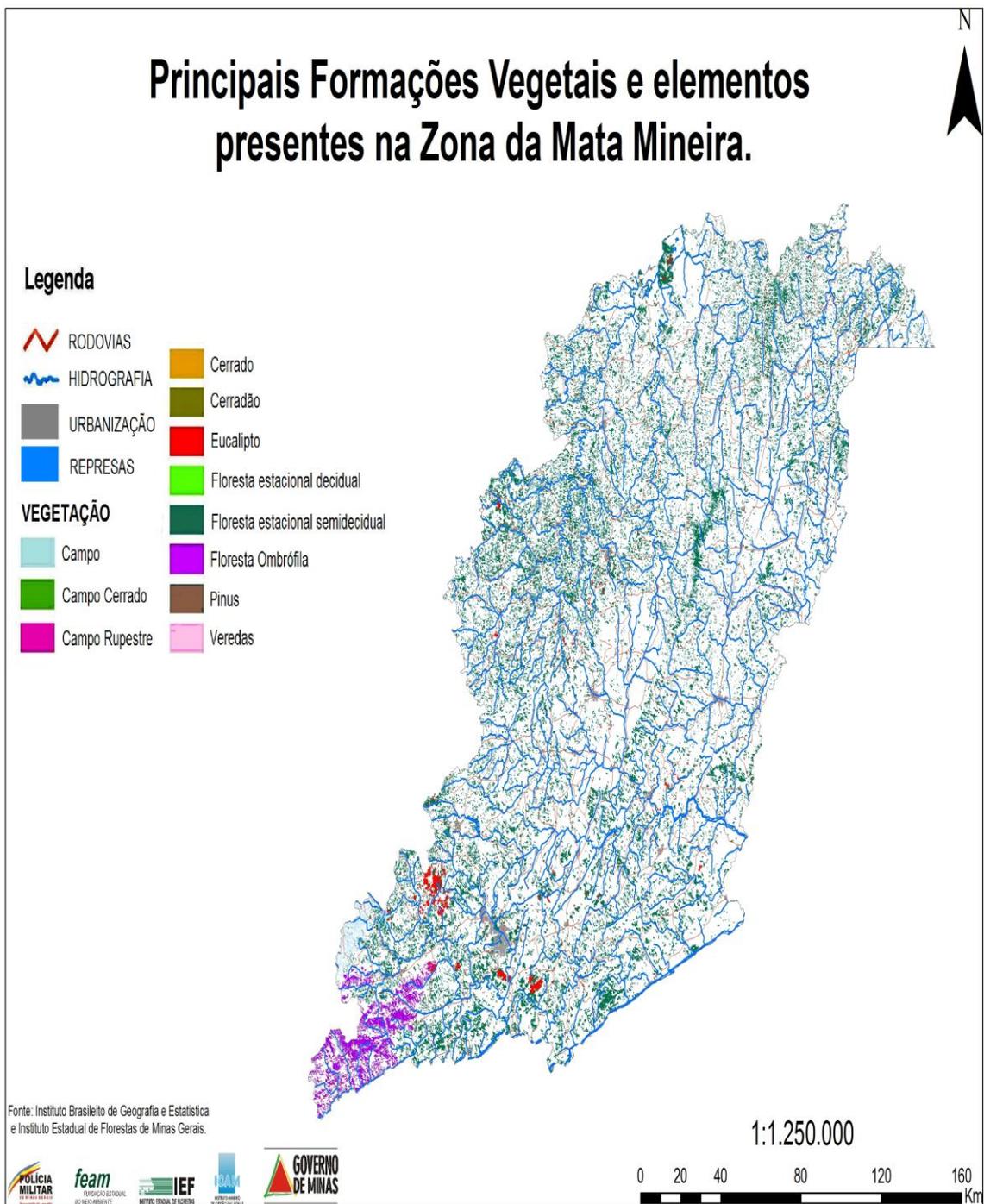


Figura 2 – Fonte de dados: IEF 2010

Neste mapa observamos as formações vegetais e a urbanização da região da Zona da Mata. É notável a formação vegetal residual de mata Atlântica, Campo e Cerrado, que se deve a territorialização das atividades econômicas desde o período colonial, no qual a exploração da mineração, a monocultura de café e atualmente as plantações de Eucalipto, dentre outras atividades, consumiam o meio ambiente.

Juntamente ao desmatamento e ao desgaste do solo, configura-se a urbanização através da construção de rodovias, da ampliação da atividade industrial e, sobretudo, pela demanda por energia e matéria prima, que estabelece a territorialização de empreendimentos como barragens e minerodutos. Tais empreendimentos, além de representar a perda de recursos hídricos e da biodiversidade, também produzem conflitos agrários/socioambientais pelo uso do território que, muitas vezes, é expropriado de comunidades tradicionais, que além do valor econômico também estimam o valor simbólico de tais territórios.

Na tabela seguinte destacamos os tipos de cultivos e as suas respectivas áreas na realidade da Zona da Mata (MG). Podemos perceber que a maior parte dessas áreas são destinadas principalmente a pecuária e a lavoura, onde é possível visualizar a expansão, sobretudo do Eucalipto, mas também de outras monoculturas, produzidas nas grandes propriedades.

Zona da Mata - MG	Total	2.221.205
	Lavoura temporária	297.313
	Horticultura e floricultura	56.054
	Lavoura permanente	482.748
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	919
	Pecuária e criação de outros animais	1.327.905
	Produção florestal - florestas plantadas	41.126
	Produção florestal - florestas nativas	9.282
	Pesca	329
	Aquicultura	5.530

Tabela 1- Fonte de dados: Censo Agropecuário, IBGE, 2006.⁶
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010.

⁶ Conforme os dados do IBGE a Condição legal das terras = Próprias + Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva + Arrendadas + Em parceria + Ocupadas

Municípios da Zona da Mata/MG - População Rural

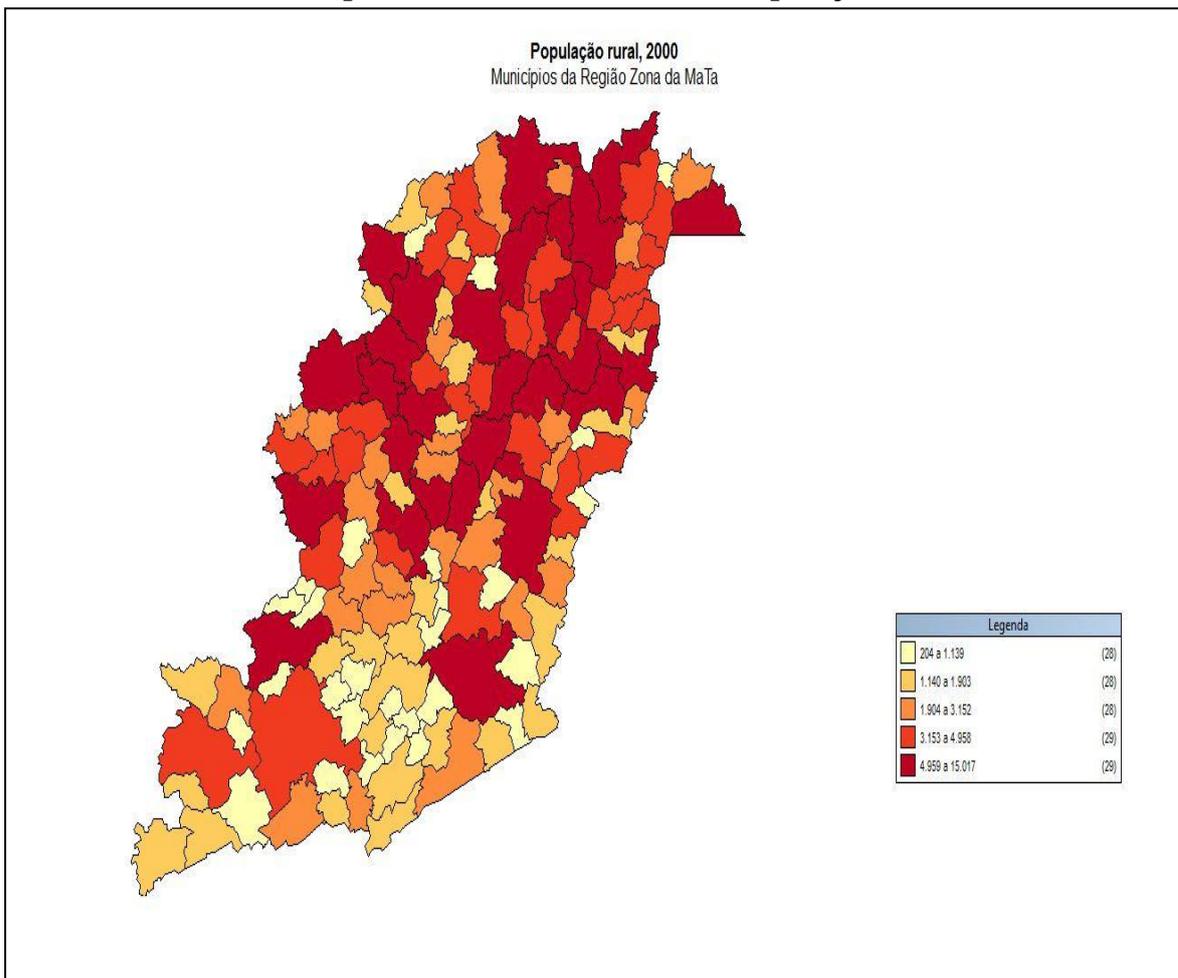


Figura 3- Fonte de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010.

Nesse mapa é possível visualizar que a maior parte da população rural, está territorializada ao Norte da Zona da Mata, que é onde predominam os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha.

Já os lugares que predominam menor quantidade de população rural, são os que possuem estabelecimentos rurais acima de 100 ha. Dessa forma, são as pequenas propriedades que abrigam a existência da agricultura familiar na Zona da Mata.

Em uma escala mais abrangente (ver tabela 2), a Zona da Mata possui quase o dobro de áreas destinadas à agricultura familiar do que o restante do Brasil. O que revela a grande concentração de terra no país, que é ainda maior do que na Zona da Mata/MG.

Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar - 2006				
Brasil, Mesorregião Geográfica, Microrregião Geográfica e Município	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Brasil	15,60	84,40	75,68	24,32
Zona da Mata - MG	17,95	82,05	58,10	41,90

Tabela 2- Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010.

População residente por situação do domicílio (%)					
	Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000
Brasil	Urbana	55,94	67,59	75,59	81,25
	Rural	44,06	32,41	24,41	18,75
Zona da Mata	Urbana	22,87	28,60	69,21	76,68
	rural	77,3	71,4	30,79	23,32

Tabela 3- Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2006
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010⁷.

De acordo com a tabela 3, registramos os dados populacionais na Zona da Mata. Conforme o Censo Agropecuário, observamos a predominância da população rural nas décadas de 1970 e 1980. Após a década de 1980, houve uma queda da população rural, o que pode ser explicado por um modelo de produção agrícola implantado na Zona da Mata, através do qual ocorreria o esvaziamento demográfico do campo e a territorialização de cultivos agrícolas em grandes extensões de terras monocultivadas e tecnificadas.

⁷ Observação: Os municípios: **Alto Caparaó – MG, Durandé – MG, Fervedouro – MG, Goianá – MG, Luisburgo – MG, Martins Soares – MG, Oratórios – MG, Orizânia – MG, Pedra Bonita – MG, Reduto – MG, Rosário da Limeira – MG, Santa Bárbara do Monte Verde – MG, São João do Manhuaçu – MG, Sem-Peixe – MG, São Sebastião da Vargem Alegre – MG, Vermelho Novo – MG** – não possuem os dados referentes aos anos de 1970, 1980 e 1991, e por isso foi feita uma média estatística. Alguns desses municípios se emanciparam recentemente, e, portanto, compreendemos lacunas quantitativas.

Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar 2006 (Percentual)		
Mesorregião Geográfica	Condição do produtor	
Zona da Mata - MG	Proprietário	38,83
	Assentado sem titulação definitiva	0,03
	Arrendatário	1,63
	Parceiro	0,86
	Ocupante	0,55
	Produtor sem área	-

Tabela 4- Fonte de dados: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010

Através da tabela 4, observamos que um número significativo de atores da agricultura familiar é de produtores proprietários. Esse é um fato recente na história da Zona da Mata, visto que para a agricultura familiar no Brasil, uma grande dificuldade é a posse da terra. Dessa forma, destacamos o potencial da agricultura familiar na Zona da Mata mineira que se revelou nos últimos anos, apesar de a agricultura agroecológica ainda não possuir tanta visibilidade para o Estado. Conforme o entrevistado Florisbello(2010):

Nunca antes na história desse país houve tantas possibilidades de Políticas Públicas para a agricultura familiar, é preciso reconhecer que o momento está favorável. A partir do governo Lula, a mudança foi enorme, mas tem muita coisa que deveria estar acontecendo, tem muito espaço de Políticas Públicas para agricultura familiar, são vários que apoiam. Mas para a agroecologia ainda tem um vazio, a agroecologia ainda está à margem das Políticas Públicas para a agricultura familiar.

Número de estabelecimento agropecuários da agricultura familiar (Percentual)

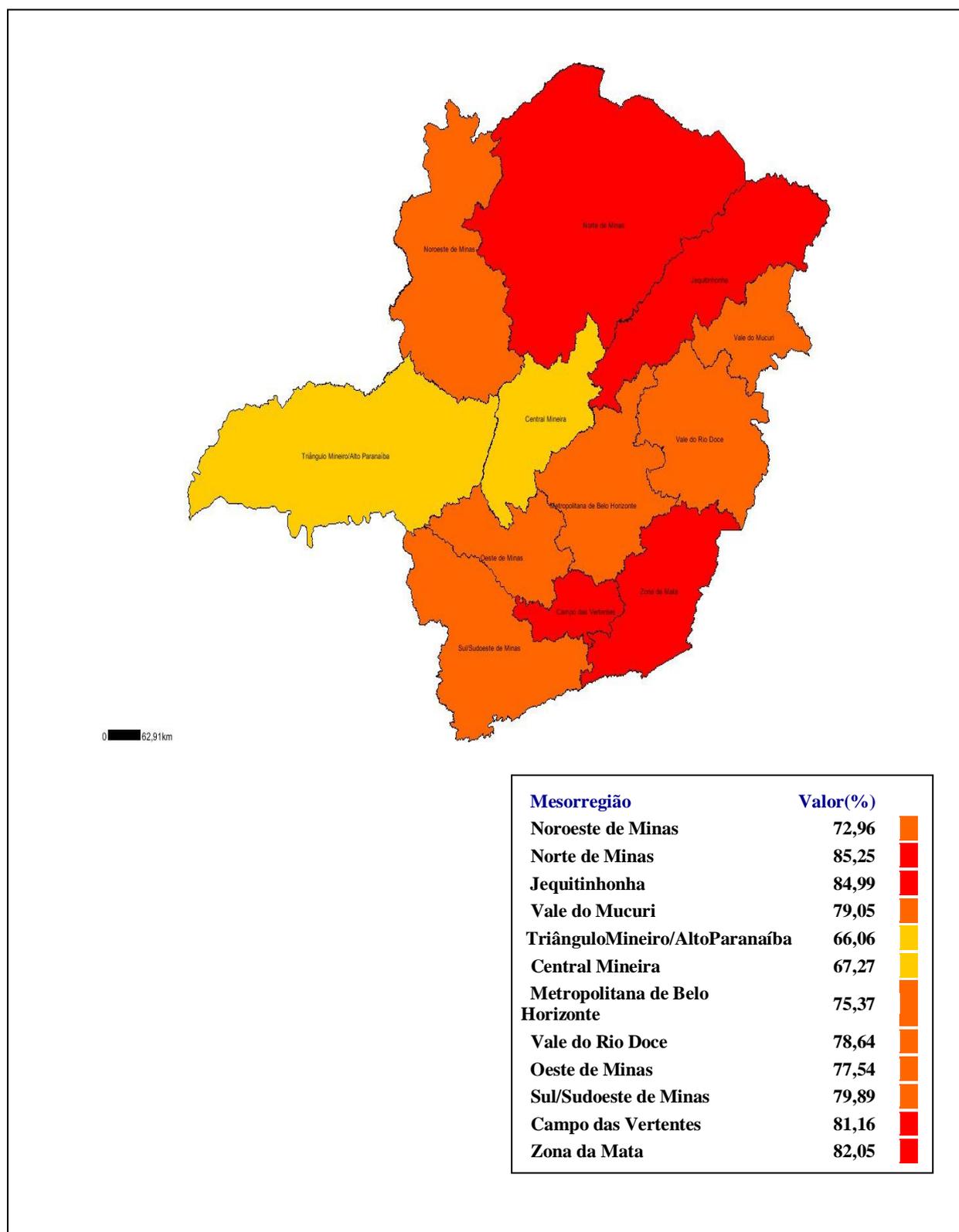


Figura 4 - Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010

Área dos Estabelecimentos Agropecuários da Agricultura Familiar (percentual)

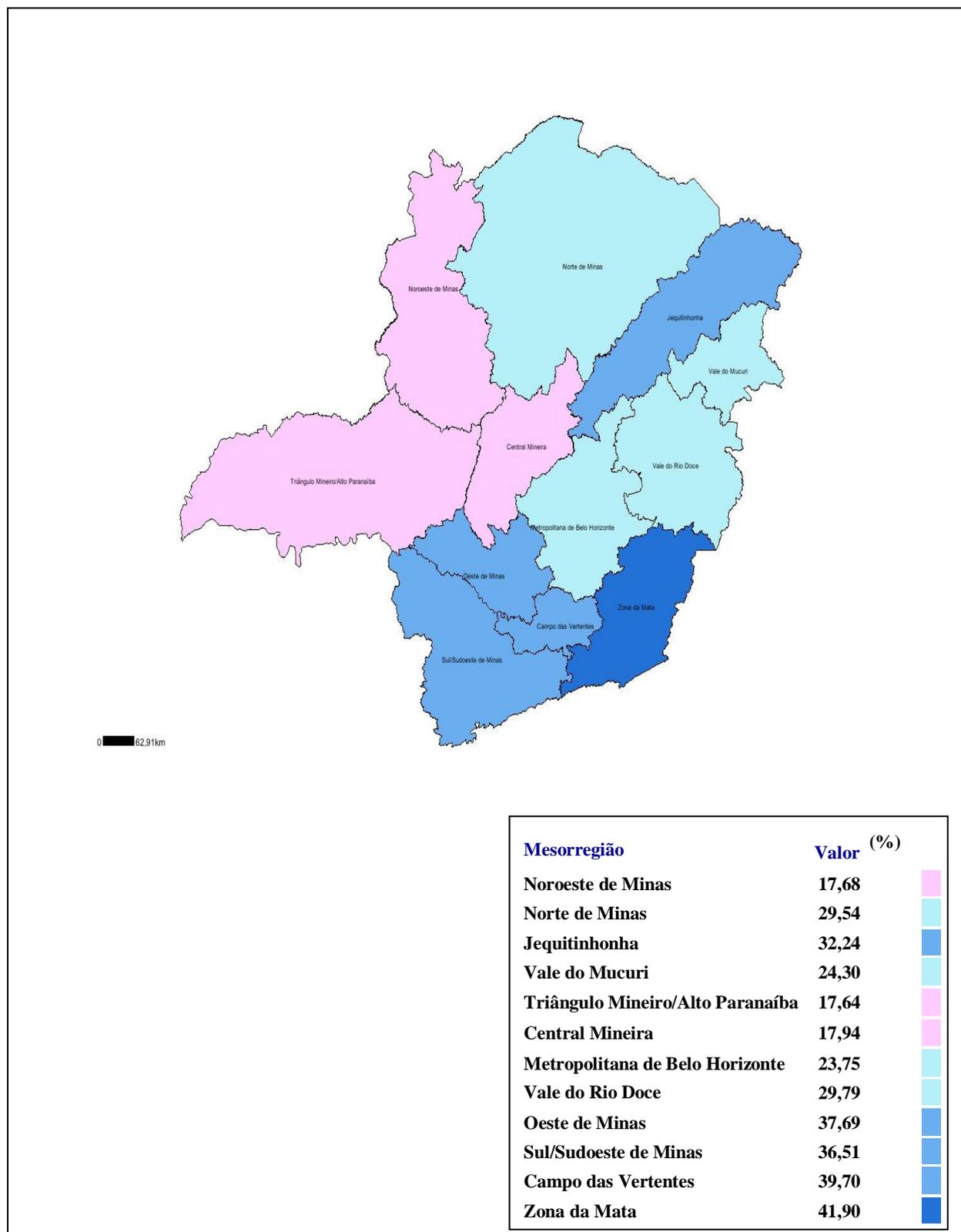


FIGURA 5 - Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010

Número e Área dos estabelecimentos Agropecuários

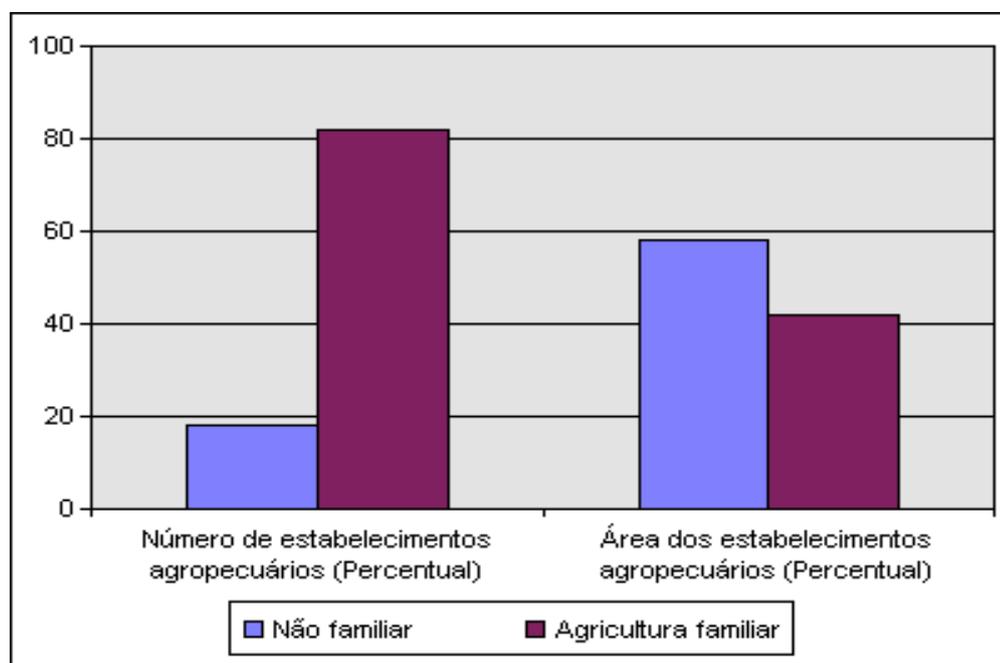


Gráfico 2- Fonte de dados: IBGE - Censo Agropecuário 2006
Organizado por Jaqueline Rocha Oliveira, 2010

Através da análise dos mapas e do gráfico, é possível identificar que na Zona da Mata, juntamente com Norte de Minas e Jequitinhonha, predomina uma quantidade expressiva de estabelecimentos agropecuários familiares, se compararmos com as outras mesorregiões do estado de Minas Gerais.

Partes dos estabelecimentos destinados à agricultura familiar são formadas por áreas de reforma agrária. Assim, observa-se a presença de assentamentos rurais, como o Olga Benário, do MST, em Visconde do Rio Branco, e o 15 De Novembro, do MAB, em Diogo de Vasconcelos, dentre outros assentamentos da reforma agrária.

A mesorregião da Zona da Mata/MG se destaca por possuir mais áreas destinadas à agricultura familiar. Conforme a tabela 4, a maioria dessas áreas agropecuárias familiares, é formada por produtores proprietários. Isso confere mais autonomia aos produtores, uma vez que esses se tornariam menos dependentes de patrões, facilitando a tomada de decisão.

No entanto, é válido ressaltar uma grande concentração fundiária na Zona da Mata, conforme os dados das figuras 4 e 5 e o gráfico 2. A partir da análise dos dados contidos em tais imagens, podemos ponderar que: a área dos estabelecimentos destinados a agricultura familiar é de 41,90%, enquanto a área destinada a estabelecimentos não familiares corresponde a 58,10%.

O número de estabelecimentos familiares corresponde a 82,05%, e o número de estabelecimentos não familiares corresponde a 17,95%. Isso revela que o percentual das áreas destinadas à agricultura não familiar é quase três vezes maior que número de estabelecimentos não familiares. Já o percentual das áreas destinadas à agricultura familiar é praticamente a metade do número de estabelecimentos familiares. Isso revela que ainda ocorre o predomínio de latifúndios, reflexos de uma história marcada pelo colonialismo, como discutido anteriormente.

Dessa forma, assim como outras regiões, a Zona da Mata depara-se com problemas de acesso à terra. Pois esta é vista como mercadoria e como geração de lucro. A “monoculturalização” é marca do grande capital que, de forma avassaladora, tende a ocupar e se apropriar do território, utilizando-se dos recursos naturais e transformando a paisagem rural.

O movimento contraditório, perverso e desigual, engendrado pelo capitalismo, se configura quando uma região consegue maior acumulação do valor excedente do que outra. As relações de exploração se mostram, assim, mais complexas do que as analisadas entre centro-periferia e operário-burguesia, pois perpassa por uma análise espacial regional e territorial que está em constante transformação (SOJA, 1993).

O padrão monocultor revela o predomínio de culturas como eucalipto, produção de grãos, café e ainda a pecuária. Apesar da existência de muitas propriedades rurais destinadas a agricultura familiar, a extensão territorial de grande parte dessas culturas é utilizada no agronegócio para a exportação. Conforme interesses hegemônicos, essas áreas são destinadas à geração de crescimento econômico.

Para o entrevistado professor Willer Barbosa (2010), desde o presidente Artur Bernardes houve uma estagnação econômica na Zona da Mata e um grande êxodo rural devido, entre outros fatores, à parcelização da terra. Atualmente, a Zona da Mata tornou-se um mosaico, uma vez que ao sul desta encontra-se a Serra da Mantiqueira e as reservas ambientais. Já ao Norte existem articulações, e o CTA limita a sua atuação a esta parte.

De acordo com o entrevistado, emergem nesta região a pressão das Políticas de Reflorestamento, a construção de barragens, a monocultura de eucalipto e a mineração. Na resistência da agroecologia há uma agricultura familiar de caráter étnico e de amor pela terra. No entanto, os que praticam esse tipo de agricultura precisam lidar com a pressão do atual Código Florestal – que não valoriza a produção da vida, priorizando a preservação ambiental

em detrimento da preservação humana. Já a agroecologia, ao contrário, concebe a conservação ambiental de modo inerente à manutenção da vida humana, vendo o ser humano como parte da natureza.

É notável também que, apesar dessa grande produção agropecuária, a maioria dos alimentos servidos na mesa do brasileiro é proveniente da agricultura familiar. Portanto, embora as oportunidades de acesso à terra sejam muito menores neste segmento, ainda prevalece a continuidade dos modelos familiares, que se fortalecem através dos movimentos da sociedade.

De acordo com os entrevistados, o modelo agroecológico tende a se expandir na Zona da Mata. “Tem mais do que a gente imagina, a gente ainda não fomos apresentados. Vai potencializar, para outros vizinhos também (...)” (SILVA, 2010). Portanto, a agroecologia aparece como uma grande articuladora, transformando a paisagem rural através da busca de uma agricultura mais sustentável no âmbito sociocultural, ambiental e econômico, o que pode ser percebido também na fala do entrevistado Côrrea (2010):

No sistema fica todo mundo perto, mesmo quem não concorde que use as químicas que o mercado oferece, o que se deve fazer é não abrir mão. (...) Queremos garantir a saúde, o bem estar, uma produção saudável. A fartura que teremos. Em Espera Feliz (sindicato EF, Caiana e Caparaó), as famílias que aderiram foi uma minoria, mas tende a crescer, pois com o projeto de aquisição do solo que os sindicatos colocam como critério: todo produtor que conseguir um pedaço de chão pelo fundo de crediário deve trabalhar este sistema. A questão é trabalhar a cabeça (...), nessa região, são inúmeras propriedades improdutivas: eucalipto, pasto, então, vai produzir milho, feijão, café... (CORREA, 2010).

Uma forma de articulação da agroecologia é a educação do campo, sendo uma alternativa à educação na cidade, uma vez que a educação do campo é feita especificamente para a zona rural. Assim, podemos considerar que a educação do campo surge como um movimento social que interfere significativamente no processo de articulação da agroecologia na Zona da Mata. Ela sugere novas formas de apropriação do território através da valorização do camponês e de seu estilo de vida e, ao mesmo tempo, propõe uma formação socioprofissional conforme a realidade destes.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA/MG: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENTREVISTAS

A democratização do saber transformou-se num pré-requisito crucial para a liberação humana porque o sistema de saber contemporâneo exclui o humano por sua própria estrutura. Um processo desse tipo de democratização envolveria uma tal redefinição do saber que o local e diversificado viria a ser considerado legítimo e visto como um saber indispensável porque a concretude é a realidade, a globalização e a universalização são meras abstrações que violam o concreto e, por conseguinte, o real. (Vandana Shíva, 2003)



este capítulo faremos estudos de casos referentes a territorialização das redes solidárias agroecológicas. Buscaremos entender como a agroecologia ocupa esses espaços, através da valorização da cultura, dos modos de vida sustentáveis, da economia solidária, da valorização dos saberes - que são ressignificados através das gerações e outros elementos relacionados às articulações na Zona da Mata de Minas Gerais. Na realidade dessa região, observamos a atuação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) que se organizam em redes, o que sugere a territorialização do movimento agroecológico. Por isso a escolha de pesquisar o CTA e as EFAs. Para uma maior compreensão da realidade estudada, buscamos realizar algumas entrevistas com sujeitos sociais que estão envolvidos nesses diferentes saberes.

3.1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DIÁLOGO COM A AGROECOLOGIA



Com o avanço da globalização e do modelo avassalador de homogeneização cultural, o campo configura-se como um campo de possibilidades. Nesse contexto, a educação do campo torna-se um importante instrumento na articulação política e social do espaço agrário da Zona da Mata mineira, bem como em todo o país.

Em estudos sobre o território Norte do Espírito Santo, Saldanha, Antongiovanni e Scarim (2009) apontam que a agroecologia e a educação do campo são ações positivas que contribuem para a permanência do camponês no campo. Dessa forma, a educação do campo deveria ser realizada buscando valorizar a cultura e o conhecimento das realidades locais, como no caso das experiências das EFAs no Norte do Espírito Santo.

A educação do campo solicita a discussão da agroecologia, o que contribui para potencializar o diálogo entre os saberes das populações que vivem na terra tradicionalmente e o conhecimento científico moderno da natureza, que se dá no âmbito da sustentabilidade. Dessa forma, de acordo com os autores, muitas redes são formadas a partir das escolas, cujas práticas se fundem com os princípios da agroecologia, reverberam na união de agricultores familiares e na manutenção do tecido social e cultural.

É válido considerar a importância da educação do campo, como algo construído a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos que estão inseridos no campo. Portanto, a expressão “educação do campo”, nos últimos anos recebeu uma ressignificação que se propaga através dos Movimentos Sociais, sobretudo no pensamento de Paulo Freire, que traz na proposta da educação emancipadora, um novo ideal de sociedade mais justa, respeitando as diversidades.

Em entrevista com Gilmar Oliveira (2010), articulador das EFAs na Zona da Mata MG, ele destacou a importância da educação no campo, para a articulação agroecológica. Na entrevista Oliveira reflete sobre algumas questões a respeito da contribuição das EFAs para inserção social da juventude.

O entrevistado revela elementos importantes na articulação das EFAs tais como a formação em agroecologia, a promoção da cultura popular (em especial camponesa), a articulação de gênero, mercado, economia popular solidária, o resgate das sementes nativas, o

reconhecimento da identidade camponesa e a formação profissional dos militantes jovens e de suas famílias para inserção social dos mesmos a serem protagonistas da própria história.

<p>- Como ocorre a articulação entre as EFAs e os outros movimentos sociais?</p>	<p>- A articulação das EFAs na Zona da Mata, por exemplo, vem se consolidando com parcerias do CTA\TEIA\UFV, principalmente a partir de 2009, e se baseando nos debates e construções de políticas com temáticas e objetivos comuns, como agroecologia, desenvolvimento do meio, cultura popular, educação do campo, articulação de gênero, inserção social da juventude em especial do campo.</p>
<p>- O poder público contribui para manutenção das EFAs? Quais são as dificuldades encontradas?</p>	<p>- Com certeza, existem várias parcerias como, por exemplo, no transporte dos estudantes, na alimentação, no apoio a promoção de eventos, conta de energia, doação de funcionários. Em alguns casos já temos projetos de lei como em Acaiaca, Sem Peixe, Ervália, Conceição de Ipanema etc, e ate emenda na Lei Orgânica Municipal como é o caso de Araponga e outras parceria formais, como no caso da Prefeitura de Jequeri , Simonesia etc. Porém, essas parcerias são muito frágeis do ponto de vista do entendimento do poder publico de que a EFA é uma política publica e ate da pouca participação das famílias na cobrança do poder publico. Além da dificuldade financeira dos pequenos municípios.</p>
<p>- A educação do campo contribui para o fortalecimento político e econômico da agricultura familiar na Zona da Mata?</p>	<p>- Com certeza que ela vem contribuindo nos debates e construções de políticas com temáticas e objetivos comuns como agroecologia, desenvolvimento do meio, cultura popular, educação do campo, mercado, economia popular solidaria, articulação de gênero, inserção social da juventude em especial do campo.</p> <p>- Principalmente na formação profissional dos jovens e de suas famílias para inserção social dos mesmos. No resgate das sementes nativas etc.</p> <p>- Formação de profissionais com conhecimentos necessários para discutir e implementar as políticas publicas da educação do campo e da agricultura familiar.</p>
<p>- Em que medida as EFAs contribuem para o</p>	<p>- Contribuem a partir do momento em que elas pautam discussões, debates e construções de políticas com temáticas e</p>

desenvolvimento das comunidades rurais?	objetivos comuns como agroecologia, desenvolvimento do meio, no resgate e promoção da cultura popular (em especial camponesa), educação do campo, articulação de gênero, inserção social da juventude (especialmente do campo). Também na formação profissional dos militantes jovens e de suas famílias para inserção social deles, de modo que possam ser protagonistas da própria história. A contribuição também acontece no resgate das sementes nativas etc.
- Qual a contribuição das EFAs para a promoção (e valorização) da cultura local camponesa e do conhecimento agroecológico?	- Contribuem no debate, resgate e promoção da cultura popular, em especial camponesa. Educação do campo, articulação de gênero, inserção social da juventude em especial do campo. Também através dos planos de estudos com temáticas apropriadas, na realização de eventos como Festa da Terra, Festa da Colheita, quadrilhas, encontros de cavaleiros, carro de boi, seminários de troca de semente, produção de mudas nativas. Além disso, na formação profissional dos militantes jovens e de suas famílias para inserção social dos mesmos para que possam ser protagonistas da própria história, tendo como partida o valor e reconhecimento de sua própria identidade. No resgate das sementes nativas etc.

Segundo o entrevistado Willer Barbosa (2010), a educação do campo, desde 1993, apresenta as iniciativas de redes municipais. Em 1998 as políticas públicas da Educação do Campo, começaram a exigir que as escolas dialogassem mais com a Educação do Campo. Na Zona da Mata, por exemplo, a iniciativa foi no Município de Miradouro, através da rede Municipal que fortaleceu a educação do Campo e aumentou o nível do ensino nas escolas do gênero.

Em 1990 emerge o Movimento das EFAs, procurando articular os educandos enquanto sujeitos sociais. Atualmente, na Zona da Mata existem 18 EFAs em funcionamento, e 14 sendo implantadas, de acordo com a figura 6 a seguir.

De acordo Willer Barbosa (2010) enquanto o Projeto Político Pedagógico (PPP) das EFAs estiver sobre a gestão do Estado na instância do MEC, ocorrerão problemas estruturais. Uma alternativa possível seria o Estado arcar com estas responsabilidades em parceria com as EFAs.

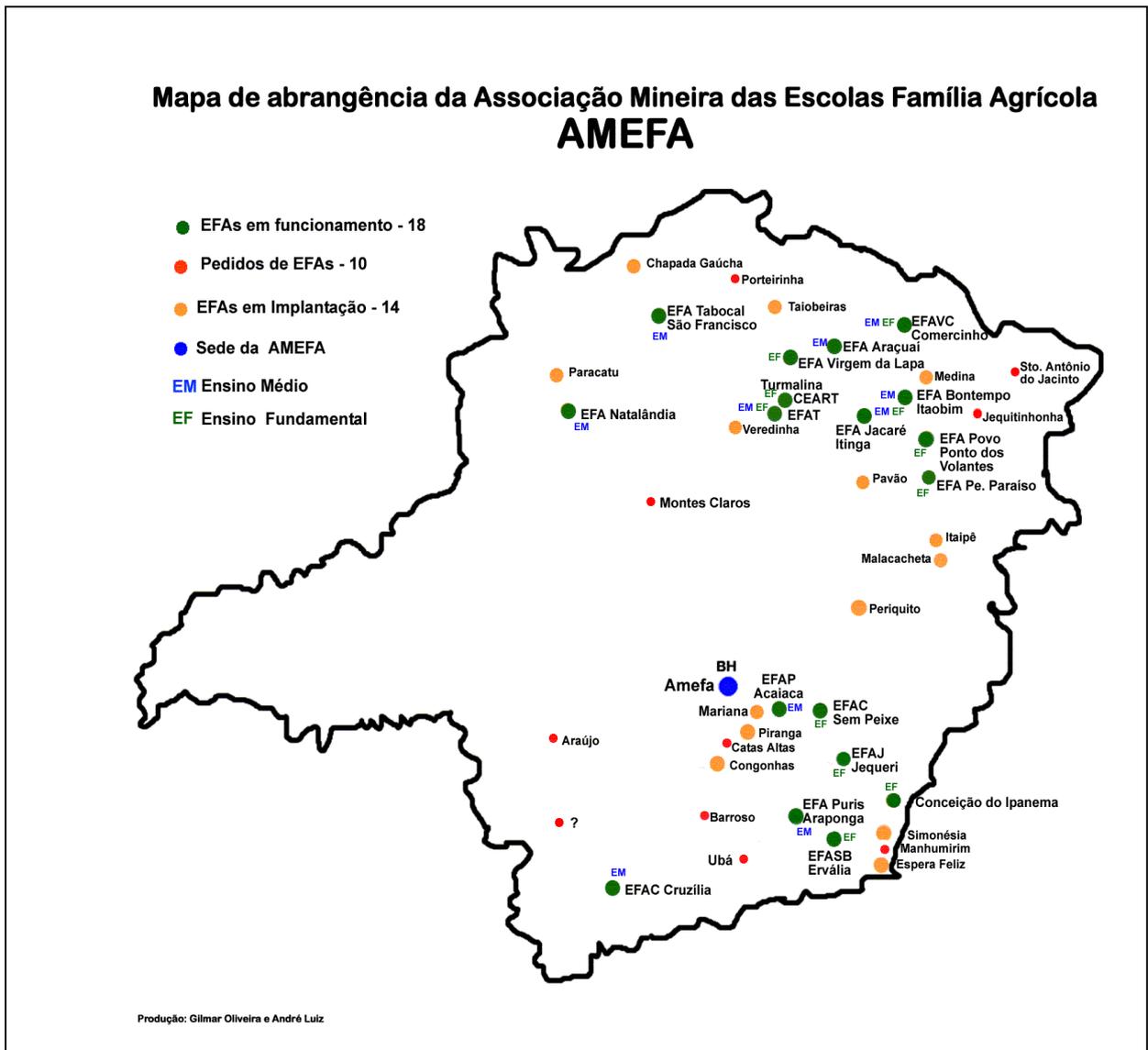


Figura 6- Fonte: Produção: Gilmar Oliveira e André Luiz, 2008

De acordo com o entrevistado Glauco Florisbello (2010), as EFAs lutam para implantar a idéia da Educação do Campo, diferenciada, baseada no contexto da realidade rural e inseridas na agricultura familiar.

Elas enfrentam toda a burocracia para se enquadrar na legislação, para se enquadrar enquanto escola formal. Nisso aí às vezes, elas acabam se perdendo um pouco, e não conseguindo avançar na proposta tecnológica. Tanta burocracia e dificuldade, (não é culpa delas) ocupa o tempo inteiro para atender a burocracia e não sobra tempo para conseguir refletir mais e trabalhar o campo agroecológico, então elas vão para o convencional porque o convencional já ta na porta e ta mais fácil.

Conforme Glauco Florisbelo (2010), a inserção do CTA nas EFAs, além de ajudar a organizá-las, contribui para que elas consigam formar agroecologia. Assim, realiza-se um trabalho de estabelecer pontes, ou seja, de aproximar as EFAs com as experiências que existem na região.

Hoje a gente está trabalhando com a ideia de constituir uma rede de mestres de estágio, juntamente com a UFV e Departamento de Educação, credenciar pessoas, famílias e organizações que vão ser os mestres de estágios que vão receber os estudantes das EFAs pra trabalhar a perspectiva organizativa e agroecologia, papel de ponte. A formação é papel da EFA, mas aproximar da agroecologia é papel nosso (FLORISBELO, 2010).

Ele destacou que o crescimento das EFAs é muito grande. Há aproximadamente seis anos havia em torno de 30 ou 50 jovens estudando em EFAs e atualmente tem-se 300, que buscam uma formação diferenciada, sobretudo, nos princípios agroecológicos.

A gente apoia que as EFAs sejam de formação agroecológica, a gente assessora de alguma maneira. As EFAs tem uma luta muito grande para implantar a ideia da Educação do Campo, diferenciada, baseada no contexto da realidade rural (...). A nossa inserção nas EFAs, além de ajudar a organizar é que elas consigam formar agroecologia. Qual a base? São as experiências que existem na região, hoje a gente tá trabalhando como ponte, de aproximar as EFAs com as experiências que existem (FLORISBELO, 2010).

Dessa forma, o entrevistado Florisbelo (2010) esclarece sobre a importância de uma educação do campo em que as experiências dos agricultores sejam essenciais na construção de uma formação com princípios agroecológicos. Na entrevista Corrêa (2010) destacou a importância dessa formação diferenciada que as EFAs trazem:

Eu particularmente acredito de mais no processo de transformação nesses espaços de formação (...) independente do local. A formação é fundamental. O movimento tem feito tanto curso popular, como na escola familiar (...) Tem a preocupação de criar uma EFA aqui. Mas tem que aprofundar muito o processo de formação, pois vemos muitas experiências aí na região que falta estrutura para manter a escola, falta recurso para pagar os monitores (...) Será que vai ter público? Não seria mais demanda para o mesmo grupo?

De acordo com o entrevistado, a educação do campo incentiva os jovens a trabalharem a propriedade respeitando o meio ambiente e, ao mesmo tempo, como uma fonte de renda. Na fala a seguir, podemos perceber a reflexão do entrevistado Corrêa (2010), em relação à educação do campo:

Se começar a trabalhar os meninos teremos um amanhã bem melhor que hoje. Se aderirmos pela necessidade, mas é uma maneira de levar os jovens, e eles veem na prática, no sentido de manter os jovens trabalhando nas propriedades. Do jeito que trabalha as propostas, o sistema que venha respeitar a vida e o meio que se vive, ao longo de 10 anos teremos uma produção muito grande na nossa região. Isso não é o único meio, trabalhar os pequenos produtores, mudar o jeito, isso se faz praticando. A propriedade se faz com fartura, não tem uma super produção, há sempre uma sobra, busca o mínimo no comércio, é interessante fazer com que o vizinho veja o que o nosso trabalho, é bom, da certo! E melhor que discursar (...) (CORREA, 2010)

Na fala do agricultor, verificamos a importância de trabalhar com a juventude sistemas sustentáveis, buscando formas práticas de aumentar a produção, levando esses jovens a manterem suas raízes camponesas e ao mesmo tempo buscando melhorar a vida no campo. A luz dessas questões, entendemos que as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) ascendem como uma proposta de educação alternativa ao modelo de educação convencional das escolas nas cidades, visto que é uma educação proposta para o campo e a partir dos seus sujeitos sociais.

3.2. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MODELO AGROECOLÓGICO A PARTIR DA CRIAÇÃO DOS PTAS E DOS CENTROS DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS (CTAS)



conforme o relatório do trienal do CTA (2008), com a Revolução Verde, muitos agricultores se endividaram. A solução apontada pelo governo foi a modernização da agricultura familiar. Em meados da década de 70, os técnicos da EMATER implantaram um novo sistema de agricultura através do investimento em adubos químicos. No processo de modernização agrícola, as pesquisas científicas voltaram-se principalmente para um desenvolvimento de tecnologias que conseguissem uma grande maximização da produção, o que seria possível com a chegada de insumos e fertilizantes químicos no mercado.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) incorporou-se ao sistema de produção agrícola moderno, sendo evidente o grande distanciamento entre as pesquisas científicas (voltadas para a demanda do mercado moderno) e as comunidades rurais (que não utilizavam os insumos modernos). Este distanciamento criou um entrave ao desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para a produção de alimentos agroecológicos.

Muitos agricultores da região possuíam uma cultura diferenciada do sistema vigente e não concordavam com a utilização de venenos e adubos químicos. Porém, o sistema no qual estavam inseridos, muitas vezes, não oferecia uma alternativa.

Diante desse quadro, muitas pessoas viam a agroecologia como saída para os agricultores da região, mesmo que houvesse algumas dificuldades para formar uma organização consistente. A falta de diálogo com outras instituições, como o Sindicato de Araponga, era uma barreira a ser vencida para apoiar a ideia. Para isso era necessário formar uma rede de agricultores.

Após o período em que se iniciou a redemocratização no Brasil, alguns grupos estavam se articulando em redes em algumas regiões brasileiras. Alguns exilados vinculados a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), iniciaram os Projetos de Tecnologias Alternativas (PTA).

O grupo que veio até Viçosa conseguiu uma bolsa, proveniente da Itália, e começou a atuar na região articulando-se com o sindicalismo, junto à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a Pastoral da Terra. Assim, fortaleceu-se o GAAE (Grupo de Agricultura

Alternativa de Viçosa) e iniciou-se uma experiência na perspectiva da agricultura alternativa, ou seja, de uma produção mais saudável e sustentável.

O Centro de Tecnologias Alternativas (Zona da Mata - MG) foi fundado com apoio de lideranças sindicais, agricultores (as) familiares e profissionais das ciências agrárias, em 1987. O CTA é uma ONG localizada no município de Viçosa (Zona da Mata de Minas Gerais) e atua, dentre outras maneiras, como promotor de novas formas de lidar com a terra segundo os princípios agroecológicos, e no fortalecimento econômico e político da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) apareceu após a articulação dos grupos em redes de agroecologia. Porém, o financiamento internacional veio se restringindo e como alternativa, acabou restando às ONGs (Organizações Não Governamentais) apenas captar recursos do Estado.

Nesse sentido, de acordo com o entrevistado Glauco Florisbelo (2010), um novo olhar foi lançado ao rural do Brasil e da América Latina. Interesses mercadológicos predominavam com a eclosão da Revolução Verde. Na passagem a seguir o entrevistado revela a sua visão a respeito desse contexto:

De alguma maneira estava forçando os agricultores a adotar técnicas e práticas muito diferentes da lógica de vida das pessoas, e muito mais no interesse de mercado, de abrir uma frente de consumo, que foi a chamada revolução verde. Foi quando se teve um olhar para o rural no Brasil e na América Latina como um mercado consumidor a ser conquistados pelas grandes empresas, então passaram a desenvolver produtos para serem vendidos para esse mercado.

Com a abertura política, estavam começando a se organizar os movimentos sociais. Porém, ainda com muita dificuldade. Segundo o entrevistado Amauri Silva (2010) “naquela época havia perseguição, não havia liberdade. Muitos enfrentamentos, taxavam de comunista. Não era somente embate com a sociedade, mas na comunidade, família, eram chamados de radicais.”

Conforme o entrevistado Florisbelo (2010) o CTA não surgiu isolado na Zona da Mata de Minas Gerais, mas também em vários outros pontos do Brasil surgiram outros centros de Tecnologia Alternativa.⁸

⁸ Segundo Nilsa Luzzi (2007, p.46) os Centros de Tecnologias Alternativas tiveram origem no Movimento de Organização Comunitária (MOC) na Bahia, por sugestão dos agricultores e alguns

Dessa mesma forma Amauri Silva (2010) refletiu sobre os acontecimentos da década de 1980 onde se iniciou o movimento a favor da agroecologia. Segundo o entrevistado:

A Agricultura alternativa já tinha, faziam parte de comunidades no CTA. Criaram as ONGs... O inconsciente coletivo, as coisas brotam em vários lugares ao mesmo tempo, existe uma efervescência das coisas que faz acontecer, apareceram várias ONGs na década de 1980. Querer mudar o mundo! (SILVA, 2010)

O CTA foi fundado num contexto de abertura política e a partir da discussão do que era a agricultura alternativa ao modelo econômico dominante que, de alguma maneira, oprimia as pessoas (FLORISBELO, 2010). Conforme o entrevistado Amauri Silva (2010), “Quando começou o movimento, falava em agricultura alternativa, que era proposta do modelo que ia contrapor a agricultura convencional, quando fundou o sindicato em 1986, e em 1987 o CTA”.

O entrevistado Glauco Florisbello (2010) descreve como foi o início da implantação desse novo modelo de agricultura, denunciando os problemas advindos da modernidade e anunciando essa nova alternativa de agricultura. Para o entrevistado:

A 1ª fase do CTA foi muito de denuncia e anuncio. Denuncia do problema, da opressão desse tipo de agricultura que não levava em conta os conhecimentos acumulados das gerações. E denunciando os venenos, o problema dos agroquímicos e dos agrotóxicos e anunciando que existia alternativas. Então, o anuncio da possibilidade da alternativa como algo reconhecido, algo possível, toda campanha que se tinha era de que a agricultura familiar funcional era um atraso e a modernidade eram os insumos, então o CTA vinha num anuncio que não, isso não tem nada de moderno isso tem um modelo opressor.” (Florisbello, 2010).

Nesse sentido, a agroecologia revelou-se como uma ressignificação. A partir do acumulo que se teve com as tecnologias alternativas, em meados anos 1990, veio como um novo conceito. De acordo o entrevistado, iniciou-se as articulações, na fala a seguir ele expõe sobre essas questões.

técnicos. Os CTAs funcionavam como pequenos centros de pesquisa, imitando as condições das pequenas propriedades, com áreas de experimentação e demonstração de tecnologias alternativas. De acordo com a autora um dos objetivos era integrar o conhecimento empírico dos agricultores e o conhecimento científico dos centros de pesquisa e extensão.

O ambiente era todo de estabelecer atores novos. Não tinham redes estabelecidas como tem hoje, grandes movimentos sociais. Eram exatamente quando estavam se fundando, os movimentos sindicais estavam se constituindo na mesma época anos 1980. Em 1985 fundou o sindicato de Visconde do Rio Branco, que foi o primeiro da região. Foi com essa efervescência que veio a coisa das tecnologias alternativas. (Florisbelo, 2010)

Na perspectiva dos entrevistados há muito tempo já havia a preocupação em cuidar da terra. Nesse sentido, a agroecologia já existia, mas não havia ainda esse movimento. A seguir, os entrevistados Sérgio Córrea (2010) e Amauri Silva (2010) descrevem como foram as primeiras manifestações a favor da agroecologia:

Há 20 anos já se fazia agroecologia, mas não se dava nome. Havia a preocupação se continuar trabalhando (Roundup...) assim o solo não vai produzir. Foi aí que fez a 1ª passeata agroecológica “Em defesa da vida e do meio ambiente” em 1996. Começou a fazer o sistema, mas em 1998 pra cá seguiu mais. “Daqui há 10 anos estaremos a passos agigantados.” (Correa, 2010)

A agroecologia não tem muito tempo, o CTA tinha a bandeira forte da agricultura alternativa, em 1989 a primeira viagem EBA (Encontro brasileiro Agricultura alternativa) manifestações na rua contra a agricultura convencional (...) (SILVA, 2010).

De acordo com entrevistado Glauco Florisbelo (2010) a proximidade com o agricultor foi essencial para implantar essa nova forma de fazer agricultura. Embora muitos, no passado, mostrassem resistência à utilização das tecnologias alternativas. “A coisa do alternativo eram tecnologias apropriadas à condição da agricultura familiar, especialmente de não dependência desse mercado no sentido da compra desses insumos” (Florisbelo, 2010).

De acordo com o entrevistado o CTA tem uma grande preocupação com a metodologia, inserindo a todos em posição de igualdade. De acordo com Glauco Florisbelo (2010):

O CTA dá um suporte técnico e metodológico. O CTA não é meramente técnico e tem a missão de trabalhar a construção de tecnologias apropriadas, o que a gente chama de agroecologia. Hoje tem um foco muito grande na construção do conhecimento, que não é meramente técnico, ele é acima de tudo metodológico. Porque a gente percebe agricultores, técnicos, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, adultos numa posição de horizontalidade de conhecimentos. A gente promove esse encontro desses diferentes conhecimentos para daí se construir algo novo. (Florisbelo, 2010)

Na passagem a seguir, o entrevistado Sergio Correa fala sobre como foi o início da formação dos agricultores pelo CTA na produção agroecológica:

Quando começou a fazer o PFA (Programa Formação dos Agricultores e Agricultores) em Viçosa com o CTA. Aprendemos o sistema, após 4 anos de um estudo e trabalho prático - uma vez a cada 2 meses. Foi ali que aprendemos mais a trabalhar o sistema de agroecologia não só o sistema de produção preservação e tecnologias, de reaproveitar o que temos ai, tudo o que sobra nada se perde tudo se aproveita. (Correa, 2010)

O vínculo entre o CTA e os agricultores foi ampliado, o que proporcionou o desenvolvimento de novas tecnologias limpas e saudáveis. Para o agricultor entrevistado Sérgio Côrrea (2010) “hoje o CTA dá apoio, aprendemos muito com ele, são as mesmas preocupações. Vamos continuar trilhando com esse projeto, não só da produção, mais da preservação”. Na passagem a seguir o entrevistado revela a importância das metodologias do CTA, mas também da valorização dos saberes já existentes dos produtores.

A coisa aconteceu a partir da experiência do produtor, a partir daí é que ganhamos a consciência de que estávamos fazendo um trabalho de um sistema agroecológico, que convencia a nós mesmos, chegamos à conclusão que era nós que estávamos fazendo todo aquele processo, eles estavam contribuindo com metodologias aguçando nossas ideias, o conhecimento já tinha, mas o produtor fazia acontecer. Nunca me lembro de que teve uma imposição dos técnicos. (Correa, 2010)

Na opinião dos entrevistados, houve uma preocupação metodológica em articular uma troca de saberes entre os agricultores. O CTA funciona, então, como um articulador desses saberes. De acordo com Amauri Silva (2010):

O CTA deixa livre para fazer nossas opções, não tem muita assistência individual. É um intercâmbio, entre as propriedades. (...) Sempre optou mais pelas metodologias participativas, nunca teve técnico para acompanhar as propriedades, é bom para ter oportunidade de construir um pensamento diferente, de mudar, de ver experiência de outros lugares.

Na entrevista Florisbelo (2010) considera a importância do CTA na articulação desse saberes agroecológicos:

Um agricultor disse ‘O CTA quando não é fonte é ponte’. Ou o CTA é a fonte de novos conhecimentos novas possibilidades ou se ele não está no CTA, mas ele é a ponte que ajuda a acessar onde a novidade está. Então isso definiu o papel de ser um mediador, um aproximador, um facilitador de processos de acúmulos de conhecimentos.

A partir de informações do CTA (2010) identificamos a atuação em parceria com a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, as Associações da Agricultura Familiar, as Cooperativas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

De acordo com Florisbelo (2010) o CTA atua na porção Norte da Zona da Mata. Compreende-se que a principal referencia seja o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), nos municípios do entorno, mas também em um raio um pouco mais amplo como Espera Feliz, Divino, Caiana, Caparaó, Alto Caparaó, Acaiaca, Visconde do Rio Branco, Paula Cândido (figura 7). Conforme o entrevistado, Viçosa não é o centro, mas é uma parte.

No relatório trienal do CTA (2008), considerava-se que o conhecimento dos agricultores era de suma importância. A relação com a terra faz parte da cultura local. O CTA promoveu a articulação não só em Araponga, mas entre várias organizações, exercendo influência desde o nível municipal até o federal. Vários projetos são construídos, com a finalidade de ampliar esse modelo alternativo em que a valorização da terra a partir de princípios agroecológicos se mostra importante.

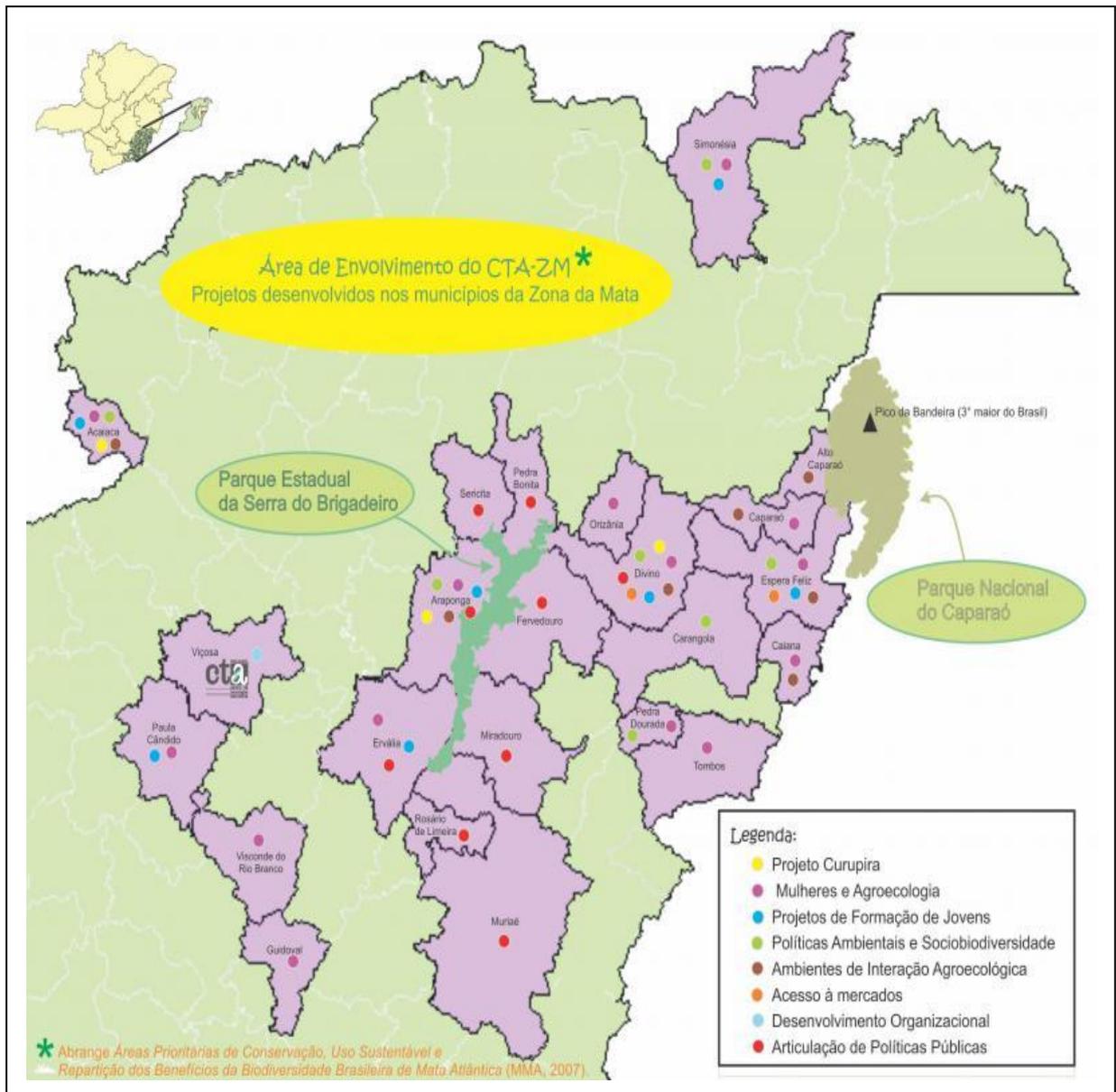


Figura 7- Fonte: CTA, 2011

3.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:



este momento buscamos uma sistematização de outras falas dos entrevistados, que ainda não foram discutidas aqui, sobre a situação das redes solidárias de agroecologia na Zona da Mata – MG. As falas foram agrupadas segundo temáticas que nos permitem fazer algumas inferências sobre o tema deste trabalho, isto é, a constituição de redes solidárias de agroecologia.

A UFV e a proposta agroecológica

No presente trabalho foram feitas reflexões sobre o movimento agroecológico, apresentando algumas entrevistas dos sujeitos sociais envolvidos neste movimento. Dessa forma também achamos a necessidade de trazer um debate sobre como a instituição UFV entra neste debate, a luz da diversidade de sujeitos sociais que compõe a instituição, esclarecemos as limitações da pesquisa. A seguir vamos introduzir algumas reflexões dos entrevistados.

Conforme Willer Barbosa (2010), com o Neoliberalismo há um assoberbamento nas relações institucionais. As pessoas atuam através de um trabalho solitário, dessa forma, as articulações da instituição (UFV) não são visíveis dentro da agroecologia e não atuam conforme a diversidade social. Esse é um modelo de Universidade que se configura desde o colonialismo, o que diminui o lugar do saber popular.

Da mesma forma, o entrevistado Amauri Silva (2010) reflete sobre a instituição. Na sua fala ele revela que o contato com a Universidade é recente, e propõe a necessidade de ocupar esses novos espaços. O entrevistado fala sobre essa questão:

O contato com a Universidade é uma coisa bem nova. O reconhecimento pela Universidade é muito pouco ainda, com alguns professores. Institucionalmente são poucos recursos investidos na agroecologia, são muitos investimentos em outras coisas. Só muda com o movimento, transformando. Cada dia ocupando novos espaços.

Na passagem a seguir, o entrevistado Glauco Florisbelo (2010) discute as disputas por espaço que acontecem na Universidade, sendo a agroecologia uma das várias propostas entre o conjunto dos sujeitos que lá atuam.

A Universidade é um espaço de disputas, de espaços de projetos e ideias. Tem um grupo de professores, muito forte batalhadores, que conseguiram grandes conquistas, mas que também não são hegemônicos é um grupo pequeno diante do quadro geral. Mas é capaz de fazer barulho movimento mobilizar muita gente e estudantes. A Universidade tem de tudo, tem gente promovendo eucalipto na Zona da Mata, promovendo monocultura. Se entra a mineração de bauxita, todos são projetos em disputa para a região, e tem esse grupo promovendo a agroecologia. Onde isso vai chegar? A história vai dizer o que vai dar. Está longe de se encerrar, a disputa vai permanecer na sociedade, a UFV não pode se analisar como um bloco, a UFV é um conjunto de atores de ações e propostas.

Nesse sentido, os entrevistados problematizam as dificuldades encontradas dentro da instituição para discutir novas propostas e novos modelos, que sejam inerentes aos princípios agroecológicos e à economia solidária. No entanto, temos que destacar as ações que acontecem, a favor desse movimento. Dessa forma, o entrevistado professor Willer Barbosa (2010) elucidou algumas questões acerca do Programa TEIA, que ele coordena.

Conforme o entrevistado, o programa foi criado em 2005, buscando ampliar a formação universitária, tendo como foco a agroecologia e a economia solidária. O Programa tem obtido um sucesso decisivo no quadro de articulação da agroecologia, atuando na perspectiva do sindicalismo e apoiando a Via Campesina, nas parcerias com os movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), de forma mais pontual.

De acordo com Willer Barbosa (2010), a Troca de Saberes⁹ existe desde o surgimento do TEIA, mas foi em 2009 que se firmou na UFV. Ela trás o olhar de outros professores e busca o diálogo entre o saber popular e científico, enquanto saberes sociais. O SIA (Simpósio de Integração Acadêmica), por exemplo, em 2010 veio como um articulador dentro da Universidade; a proposta era acabar com a divisão existente na Universidade, articulando extensão, ensino e pesquisa para, dessa forma, facilitar o diálogo entre projetos. “Isso que é formação para a cidadania, com projetos articulados!” (BARBOSA, 2010).

⁹ A troca de saberes acontece durante a Semana do Fazendeiro, na Universidade Federal de Viçosa. Foi proposta pelo programa TEIA, e articula a troca de saberes entre o meio acadêmico, estudantes, professores, experiências dos agricultores, movimentos sociais e participantes da Semana do Fazendeiro.

A relação entre os saberes do campo e a extensão rural

Na análise das entrevistas, observamos na fala dos agricultores que o CTA ocupa um espaço que, muitas vezes, o Estado não consegue alcançar. Nesse sentido, eles revelam a importância da valorização do saber do agricultor, por meio de uma proposta que contrapõe a dificuldade dos técnicos do Estado de reconhecer os saberes dos agricultores. Neste sentido, a seguir destacamos as reflexões dos agricultores entrevistados.

A EMATER complica a relação com os agricultores, desde o não reconhecimento do nosso conhecimento. O Técnico sabe tudo! Então vinham negando o conhecimento tradicional E achavam doideira (...) (SILVA, 2010).

Temos um técnico. O que dificulta é que nem sempre os técnicos da EMATER tem as mesmas ideias nossas, vão em outra linha e outro jeito de trabalhar. Ultimamente não temos nos válido muito deles, pouco mesmo. Houve uma época que usava a EMATER, na linha do PRONAF, e precisava de uma carta de aptidão dos técnicos. Em termos de tecnologias e análises de solos não temos nos valido deles não. Fazia análise de solos em Viçosa - UFV, e em Manhuaçu (CÔRREA, 2010).

São poucos técnicos, são só dois. Quanto menos depender é melhor, se tivessem técnicos na mesma linha que a nossa, mas eles têm que trabalhar todos os produtores, que não estão nas mesmas ideias e afinidades (CÔRREA, 2010).

As experiências em economia solidária

A economia solidária é um elemento fundamental da articulação agroecológica. Conforme o entrevistado Willer Barbosa (2010) a Economia Solidária articula-se através dos Fóruns e das Secretarias de economia Solidária. A merenda escolar é um dos Programas que se realizam no âmbito da Economia Solidária e atendem a um grande número de agricultores da região.

De acordo com entrevistado, no diálogo com o poder público, muitas vezes, o arranjo torna-se difícil. Várias organizações se difundiram, mas encontram dificuldades, pois assumem as responsabilidades que deveriam ser do poder público. Assim, as organizações prendem-se aos empreendimentos, mas às vezes não tratam dos valores imateriais, reduzindo o econômico ao financeiro. Contudo, a agroecologia propõe gerar a felicidade, a partir da significação econômica.

Nesta perspectiva entendemos que a significação econômica também se traduz pela manutenção da vida e de uma economia solidária. Na entrevista Glauco Florisbelo (2010) reflete sobre uma economia solidária inerente a agroecologia:

Quando fala em desenvolvimento econômico, acessar mercados, e vender, e ganhar dinheiro, tem gente que fica apertado com essa ideia. Para muita gente economia solidária, significa não ganhar dinheiro, é só trocas. A gente tem outra percepção, de que os agricultores podem e devem ganhar dinheiro, e não no sentido capitalista de explorar e expropriar outras pessoas, mas no sentido de ganhar dinheiro de uma maneira solidária onde se possa todo mundo crescer junto (...). Mas sempre juntando isso com agroecologia, não interessa apoiar agricultores familiares que estão vendendo produtos da monocultura, e sim os grupos que estão acessando o mercado através dos produtos agroecológicos (...). Não interessa só vender, a agroecologia não é só o ambiental, mas é o social que está aí, que significa o envolvimento das pessoas no espaço da economia solidária, a coisa como um todo. (FLORISBELO, 2010)

A seguir destacamos nas falas dos agricultores entrevistados, a preocupação em manter os princípios agroecológicos, inserindo também na economia solidária:

Não penso em vender para fora, mas Fortalecer o turismo, melhor mercado, vende na porta de casa, e ainda vende a história... Esse mês são duas turmas. (...) Gerar renda, potencial do turismo, vender os dos vizinhos também, montar uma lojinha (produtos, pães, doces...). Não ser atravessador, colocar produtos agroecológicos. (...) Investir em curso de qualidade, fazer um espaço ancora de crescimento da comunidade. Capacitar as mulheres, geração de renda. Organizar... Daqui a 10 anos ver isso transformado através dos investimentos, tendo uma renda.” (SILVA, 2010)

Produzir e consumir aquilo que produz, mas sabendo o que está produzindo. Tudo dentro do sistema. Hortaliça é orgânica, café usa adubo não tem como produzir em curto prazo natural ou orgânico, a natureza se encarrega de produzir, já tem a introdução utilizando esterco de fora, uma produção satisfatória sustentável é a longo prazo 10, 15, 20 anos ... Após os 2 anos de experiência, introduziu um pouco de adubo pra ter o retorno financeiro como já tinha o costume.”(CORREA, 2010)

Nessa perspectiva, o CTA torna-se da economia solidária na região da Zona da Mata. Conforme o entrevista Glauco Florisbelo (2010)um agente fundamental

Foco no desenvolvimento econômico desses atores sociais que são da agricultura familiar, tanto das famílias, quanto desses grupos organizados - informais e formais. Ou seja, a gente trabalha numa perspectiva de que a agricultura familiar passa por um processo de melhoria econômica, seja desde o individual das famílias, dos grupos informais, como tem o grupo de mulheres torrando o café que estão se organizando em Araponga (...). (FLORISBELO, 2010)

As redes solidárias na zona da mata de Minas Gerais.

Durante esse trabalho, problematizamos sobre as redes que se conformaram em torno de um novo modelo de sociedade, proposto por diferentes sujeitos sociais: agricultores, técnicos, professores, estudantes, etc. Também discutimos sobre o papel do Estado, da Universidade, das organizações, movimentos sociais, e demos ênfase ao CTA e às EFAs.

Foi de grande importância a contribuição das entrevistas, que nos esclareceram sobre aspectos essenciais para esta reflexão. Portanto, finalizaremos a análise das entrevistas discutindo sobre a importância da formação dessas redes para as articulações com base nos saberes agroecológicos na Zona da Mata- MG.

A seguir destacamos algumas falas, que trazem reflexões sobre esses processos de territorialização das articulações:

A gente tá longe de ser hegemônico, enquanto essa proposta na região da Zona da Mata, o território. O que é hegemônico enquanto modelo de agricultura não é a agroecologia, mas a gente deixou para trás a coisa pontual de um grupo de poucas pessoas, a gente já existe enquanto um movimento, uma força que vai se acumulando, também porque a gente se articula para nível de Minas Gerais e Brasil, diversas redes e partes, internacional, inclusive, a gente põe uma visibilidade nisso que está aqui, muito mais ampla. Então eu não posso dizer que hoje a agroecologia está territorializada na Zona Mata, ela não é hegemônica, mas também não é um 'zero' a esquerda, ela tem sua força é reconhecida inclusive fora do Brasil.(FLORISBELO,2010)

A maioria que vem para cá é da universidade, e também no caso de intercâmbios com agricultores. É um espaço que vem muita gente, todo mundo passa deixa as percepções. (...) Temos que nos juntar mais. Tá cheio de grupos, é agrofloresta, APETI, permacultura, homeopatia, terapias...todos dizem a mesma coisa. Cada um na sua tribo e diz que é holístico? (SILVA, 2010)

O trabalho tem muito a crescer, aproveita a oportunidade de trazer as coisas para aqui. Preocupação de fazer ficar melhor. Continuo trazendo o sonho de mudar. (SILVA, 2010)

(...) A gente vem aqui e a gente conversa, todo mundo com as mesmas ideias, com as mesmas preocupações, só com o sistema diferente. Porque cada região tem um sistema de produção diferente, uns trabalham com uva, outros trabalham com banana, outros trabalham com café, outro dia vieram uns meninos aqui do espírito santo que trabalham com café também, mas só que eles trabalham com parte de café conilon e parte de café arábico. Mas eu sei que tem muita terra pra trabalhar, mas tão lá meio hectare em sol, querendo fazer uma diversificação de produção pra sustentar nossa família. E aqui nós com 4, 5, 6 alqueires, a gente acha que não é possível, o cara com

um pedacinho de chão desse tamanhinho, querendo fazer a mesma coisa, buscar alternativas. (CÔRREA, 2010)

Todas vieram após o sindicato (Cooperativa de crédito ECOSOL, de produção COFELIZ, AZIMAF) dando sustentação na Zona da Mata, a TERAVIDA nasceu a partir do trabalho de terapeutas, em 2000. Mas já havia terapeutas em atividades em 1990, eu fui um dos primeiros. (...) Hoje é uma associação dos terapeutas que abrange Caparaó, Espera Feliz e caiana. E são outros que vieram depois, contribui não só na saúde e fazer com que as doenças não aconteçam. (CÔRREA, 2010)

A partir das redes e das experiências, as redes se sustentam... Quais são os pilares e os nós? São as experiências, experiências de pessoas e de grupos, essas são as referências que sustentam as redes. Então a rede que da visibilidade? É, porque se fosse uma agricultura isolada, ninguém tava vendo. A rede tem uma capacidade de dar visibilidade, a rede se transforma em um ator social do ponto de vista de dar uma dimensão maior, então não é 1, não são 2, são 10 são 100 são 1000 pessoas que tão fazendo aquilo, então a rede dá essa capilaridade e essa possibilidade, mas as referências sempre são as experiências. (FLORISBELO, 2010)

As redes são coisas que não surgem do nada, elas brotam a partir das experiências e a partir dos espaços de interações das pessoas, então isso é uma coisa que a gente construiu na região não foi o CTA sozinho, o CTA é uma referência, mas as próprias organizações construíram essas redes. Nos últimos anos, um novo agente que surgiu com muita força foi aqui dentro da UFV, é o programa TEIA, tem sido uma referência fantástica de ponto de encontro dessas pessoas, de organização que estão fazendo alguma coisa. Alguns agricultores falam que é principal espaço de articulação regional em vista atualmente. (FLORISBELO, 2010)

Através dessas entrevistas, é válido considerar que a existência dessas articulações em redes propõe a territorialização do saber agroecológico. Concluímos que são esses processos de formação dos territórios-redes que buscam construir outro modelo de sociedade e de agricultura na Zona da Mata de Minas Gerais.

Observa-se que uma parcela significativa de agricultores familiares resistiu ao processo de “monoculturalização” da agricultura. Essa realidade é identificada na mesorregião da Zona da Mata mineira, onde se evidencia a construção de redes solidárias que estariam buscando novos princípios, valorizando a cultura local e a sustentabilidade no campo.



Foto 1 – Foto da propriedade do entrevistado Sérgio Corrêa. Observamos uma cultura diversificada, buscando os princípios agroecológicos.



Foto 2 - Foto da propriedade do entrevistado Sérgio Corrêa. Nesta foto é possível identificar plantações de café consorciadas com bananeiras e outras hortaliças.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos um aporte às teorias geográficas, para o debate agroecológico na Zona da Mata através dos conceitos-chave – redes e território – configurados no espaço geográfico. Tais conceitos são construídos pela linha de pensamento base da geografia, sobretudo, na epistemologia do método geográfico.

Nesse sentido, entendemos que a Geografia enquanto ciência está ligada ao pensamento teórico-crítico da sociedade e à sua relação com o espaço geográfico. Há, no entanto, certa escassez de ideias capazes de explicar a realidade prática que envolve o debate agroecológico. Talvez porque essa realidade empírica torna-se mais e mais distanciada, à medida que se revelam novas perspectivas em torno de sujeitos sociais transformadores do espaço. O que ocorre através de um dado dinamismo de valores sociais que, ao mesmo tempo em que são praticados nos lugares onde se estabelecem, também são subjetivos, ao trazerem valores imateriais em seus propósitos.

A complexidade que tange as ciências modernas de forma geral advém da ideia de que razão é a chave para explicar todos os processos sociais. A agroecologia, entretanto, como conhecimento também científico, trouxe uma nova essência que se traduz na busca da aceitação da emoção e da dimensão subjetiva da vida. Trazendo, por isso, a solidariedade como premissa fundamental, o que podemos inferir que se traduz como um novo paradigma. A solidariedade se traduz não só em âmbito sociocultural, mas também na política e na economia.

Compreendemos que o diálogo que envolve o debate agroecológico perpassa por várias áreas do conhecimento, seja ele acadêmico, científico, artístico ou popular. A fusão de todos esses conhecimentos converge para a adesão do saber agroecológico, de forma autônoma em cada organização social - sejam os Movimentos Sociais, as EFAs, as ONGs, etc.

Todas essas organizações elucidam os mesmos princípios marcados pela solidariedade, o que também sugere as articulações em redes sociais. Assim, procuramos demonstrar ao longo desse trabalho a importância de tais articulações para compreensão da realidade agrária da Zona da Mata, que se manifesta através dos fluxos de ideias e ações coletivas no âmbito da economia solidária, da educação no campo e da agroecologia.

Nessa perspectiva, um dos intuitos desse trabalho foi problematizar, de forma geral, a existência dessas redes solidárias em torno da agroecologia, considerando se essas articulações se estabeleciam de fato como uma rede social na Zona da Mata ou se apareciam de forma pontual.

Para responder essa questão, trazemos novamente a diferenciação entre as redes sociais e as outras existentes em torno das redes empresariais. Estas se configuram pelo fluxo de informações e da competição mercadológica, ao passo que aquelas se estabelecem com base na solidariedade e no respeito aos diversos saberes, sem hierarquias, o que também é próprio do saber universitário.

Através de todas as pesquisas e entrevistas, chegamos a estas redes sociais que se tornam solidárias e se conectam através da agroecologia, enquanto filosofia de vida, à valorização cultural, à economia solidária, à sustentabilidade ambiental, à educação no campo, à segurança alimentar, entre outros aspectos que traduzem uma realidade dinâmica, atuando no sentido do fortalecimento dos nós que sustentam essas redes. Identificamos assim, vários grupos que se articulam e interagem através da solidarização desses vários elementos.

É válido destacar que nos deparamos com diferentes projetos de desenvolvimento na Zona da Mata. Projetos que evidenciam diversas territorializações construídas e reconstruídas constantemente, a exemplo da mineração e da monocultura. No contexto da Zona da Mata, a Universidade Federal de Viçosa foi uma grande articuladora do padrão hegemônico proposto pela Revolução Verde. A mesma universidade, contudo, também promoveu a articulação da agroecologia posteriormente.

A falta de visibilidade das redes solidárias, ainda é um problema. A falta de políticas públicas para a agroecologia e até mesmo de reconhecimento pelas instituições dificulta a adesão a esse modelo. No entanto, procuramos demonstrar durante esse trabalho, outras formas de produção e reprodução da vida.

É possível contestar o modelo de monoculturalização da sociedade, não apenas da produção agrícola, que põe em risco a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, mas também as formas de vida e reprodução cultural. Neste sentido, aparecem vários sujeitos sociais que trazem perspectivas e alternativas contrárias a esse modelo. Vandana Shiva (monocultivos da mente), Paulo Freire, numa perspectiva de educação libertadora, Boa Ventura, Leonardo Boff, são alguns exemplos do que foi discutido.

Dessa forma, a agroecologia promove uma mudança nos modos de vida e não somente nos modos de produção, na medida em que tira o foco das questões sociais da produção e o direciona para os sujeitos sociais na sua diversidade. Assim, a agroecologia nos mostra que novas alternativas são possíveis, em que se proponham outras relações com a natureza e interpessoais.

O modelo monocultor concentrador mostra-se insustentável o que nos leva a questionar os fundamentos da ciência moderna, reflexo da razão cartesiana. Nesta perspectiva apontamos novas formas de concepção do conhecimento, que passa a ser o produto de uma construção coletiva e horizontal, em vez de fruto de uma imposição de pensamentos.

Temos as possibilidades de apropriação por parte da sociedade dos saberes científicos, que deveriam ser construídos a partir das necessidades desta. A promoção de uma verdadeira troca de saberes científicos dentre a Universidade e os agricultores, mediada por movimentos sociais organizados, é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

Neste ponto de vista, bebendo na fonte da Geografia e buscando a interdisciplinaridade, os debates em torno dessas questões ainda tendem a crescer no cenário acadêmico e social. Não podemos deixar de trazer a arte como fonte de inspiração e de ideias. Então, um bom modo de concluir esse trabalho é fazendo uso da poesia do entrevistado Amaury Côrrea, (2010), ao mesmo tempo em que procuramos abrir novos caminhos e possibilidades geográficas, econômicas solidárias, agroecológicas e entre outras tantas perspectivas.

No seio da terra fértil,
A semente adormece fecunda,
Transforma, desabrocha
Em flor que perfuma,
Em pão que alimenta.

No recanto da consciência,
O sonho adormece
Transforma-se
Em realidade plena
Amor puro sereno.

Sonho que se transforma
Nas mãos que se unem
Pra mudar esta realidade
Convencional

Numa realidade
Orgânica
Natural.

(SILVA, Amauri Adolfo, p. 41, 2005)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2004. (p.23-39)

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DPeA, 2001. p. 27- 55.

BENEDETTI, Edmundo; Meokarem, Marcos Melo; Benedetti, Gilberta Maria Pires Oliveira Souza. Estudo do impacto de técnicas agropecuárias na agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. **Campo – Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, n.6, v.3, p.66-84, ago. 2008. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=6>> Acesso em: 5 mai. 2010.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e perspectivas. Curitiba: Departamento de Ciências Sociais/UFPR, 2002. (Mestrado em Sociologia e Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento//UFPR, 2002). Mimeografado.

CARNEIRO, Maria José; ROCHA, Beti Nogueira. Limites e possibilidades da construção de ‘territórios de Desenvolvimento’ na região serrana do Rio de Janeiro. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Reanato S. (Org). **Agricultura Familiar**: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 271-290.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: Paradigmas alternativos de Realização Econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fudação Joaquim Nabuco, 2003.p.153-173

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1991. p.01 – 26

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.15-49

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO E AGENDA21. Disponível em <<https://www2.cead.ufv.br/sistemas/pvanet/files/conteudo/1827/GEO338Trabalho12009.pdf>> Acessado em 10.04.2009.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.141-165

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da natureza: Enfoques Alternativos. In: Diegues, Antonio Carlos (org) **Etnoconservação Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: NUPAUB- USP, 2000. p.1-42

Disponível em <<http://www.ctazm.org.br/historico.htm>> Acesso em: 5 mai. 2010.

DUPUY, Jr. **Introdução a crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 15 -37

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: **Dicionário de Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes.2000. p.59 – 116

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n.2, v.20, p.199-217, Dez. 2008. Disponível em <http://www.sociedadenatureza.ig.ufu.br/viewissue.php?id=13>>. Acesso em: 5 mai. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Plataforma de princípios básicos para a sustentabilidade que queremos**. In: Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos. Rio de Janeiro: Projeto Brasol Sustentável e Democrático/CUT/FASE, 2002. p.15-29

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil. p. 1-23. Disponível em <WWW.fbes.org.br>. Acesso em: 5 mai. 2010.

FRAGOSO, Antônio. **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em<<https://www2.cead.ufv.br/sistemas/pvanet/files/conteudo/1827/MicrosoftWordAmbienteeDesenvolvimentoSustentl.pdf>> Acessado em: 05.03.2009

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 2, v. 18, p.95-103, fev. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392004000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 5 mai. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da AI QAEDA. São Paulo: **Terra Livre**, ano 18, v. I, n. 18, p. 37-46, jan/jun, 2002.

HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Orgs) **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?** Processos, escalas agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O binômio Território-Rede e seu significado político-cultural. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002, p.117-127

IBGE - Censo Agropecuário (2006). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=24&i=P> Acesso em: 25.abr.2010 as 03h30min

KHATOUNIAN, Carlos, Armênio. A Reconstrução Ecológica da agricultura.In: **Histórico, contexto e desafios para uma agricultura ecológica**. Botucatu: Agroecológica,, 2001. Cap 1, p.27-33.

LASCHEFSKI, Klemens. A sustentabilidade geográfica de condomínios na Zona Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.). **Novas periferias metropolitanas: A expansão metropolitana em Belo Horizonte Dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p.313-337.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA, 2002, Porto Alegre. V.3, n.1, p. 36 – 50

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil:** Uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de pós graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal do RJ. Rio de Janeiro, p.7-91

MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). In CAVALCANTE, Clovis (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento sustentável e Políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 215 – 229
Ministério do Desenvolvimento, Agricultura e Pecuária. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>>, Acesso em 19/11/2009

PORTO – GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia do social: Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**. Três Lagoas – MS, V.1, nº. 3, p.5-26. 2006.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. 1999.

SACHS, Ignacy. O desafio da ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável. In: **Estratégias de Transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1993. p. 11 – 55.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: **Dicionário de Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes. 2000. p.117-129

SALDANHA, João Carlos; ANTONGIOVANNI, Lídia; SCARIM, Paulo Cesar. Diálogos entre multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação no campo e da agroecologia do Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Reanato S. (Org). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 137- 167.

SANTOS, Boa Ventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boa Ventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2002, p.23-57

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, ano IV, n 6, jan-jun. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. São Paulo. S/D Mimeo. 19p.

SILVA, Amauri Adolfo. **Redemoinho**. Espera Feliz, 2005.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 126-144/191-210.

SOUZA, Ana Paula, de Oliveira e ALCÂNTARA, Rosane, Lúcia. Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos. In: Fava Neves, Marcos e Castro, Luciano, Thomé (ORG) **Alimentos Orgânicos: Estratégias para o Desenvolvimento do Mercado**. São Paulo. Editora Atlas S.A/PENSA, 2007, Capítulo 16, p.332-343

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 78-113.

SULZBACHER, Aline Weber; DAVID, Cesar De David. Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. **Campo – Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, n.5, v.3, p.14-37, Fev. 2008. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=6> > Acesso em: 5 mai. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX encontro anual da anpocs. gt 17. processos sociais agrários. caxambu, mg. outubro 1996